

AVELINO FERREIRA

«PONTE DO LIMA»

É SEU NOME

SEPARATA

e artigos de vários autores

1 9 6 3



1.134.3'373.21(469.11

R

«PONTE DO LIMA É LIMA,
Viana é um limão,
Barcelos um ramalhete,
Braga um manjericão.»

...«Pinha de flores, que a frescura anima,
PONTE DO LIMA QUE IDEAL TU ÉS!
Finges o cisne, a retratar a face
N'água, que nasce e que te corre aos pés.»

«Tenho um amor em Viana,
Outro em *Ponte do Lima*;
O de Viana não presta,
O de Ponte é coisa linda.»

«Tenho um amor em Viana,
Outro em **Ponte DO Lima**,
Tenho outro em Barcelos,
Tenho outro mais acima.»

(C a n c i o n e i r o d e V i a n a)

MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECA MUNICIPAL

N^o 60249 *Leu...*

Barcelos

Legado^A
Álvaro Arezes S. Martins

L-A
ZAR

*Muito querido, Venerando e Genial Autor duma quase
quarentena de anos de paz deliciosa e fecunda num pro-
gresso sem par deste Portugal que agora mais uma
vez salvou em nova arrancada de heróis nesta hora
de Pátria Redenção..... Ao Senhor D. Fran-
cisco Maria da Silva por mercê de Deus
Arcebispo Primaz de Braga a bem desta
gloriosa arquidiocese que muito O estima...*

*À saudosa Memória do Sr. D. António
Bento Martins Júnior que não podemos
esquecer..... Com todo o carinho e
veneração dedicamos estas singelas
páginas:*

"PONTE DO LIMA"

É SEU NOME

Ho hem Amigo Amigo
(do meu arquivo)

Martins

NOTA PRÉVIA:

Quase todos os capítulos deste livro mantêm a sua forma inicial de cartas endereçadas ao illustríssimo Director do «Diário do Minho», em cujas columnas o assunto foi debatido e esclarecido, o que muito lhe agradecemos bem como a todos os intervenientes de boa vontade.

As principais objecções à nossa tese transparecem nitidamente da leitura destas páginas, como convém.

Dois artigos (IV e V) foram publicados no jornal de Ponte do Lima em que o debate se ateou também.

O leitor encontrará através deste trabalho algum pensamento repetido. O facto não lhe causará estranheza se tiver presente que cada artigo é um todo independente, não só a fazer doutrina e luz, mas a refutar objecções insistentemente repetidas que em cada um dos artigos não podiam ficar sem a devida resposta.

Tendo este opúsculo nas mãos sem tempo para o ler todo, veja os últimos capítulos ou as últimas páginas com a legislação existente que tudo determina em definitivo.

Janeiro de 1964

O Autor

Composto e Impresso na
Gráf. Santa Clara — Vila do Conde

"PONTE DE LIMA" OU "PONTE DO LIMA"?

1) Sempre vi e ouvi, no povo e em tudo, «Ponte do Lima»; 2) Agora também se vê, com estranheza, «Ponte de Lima»; 3) Porquê se a própria gramática não o pode consentir?...

Por Avelino Ferreira

Sr. Director

Cumprimento V. Ex.cia com muita amizade e venho pedir-lhe a bondade de aceitar, nas colunas do seu conceituado jornal, esta carta amiga para esclarecimento dum assunto que julgo conveniente focar-se, não só porque não impressiona bem, mas porque já se vai generalizando na linguagem corrente e é pena que assim suceda.

Limito-me a expor o caso com a minha opinião; também gostava de ver se, com justeza, poderá haver opinião contrária em pessoa com as primeiras noções de gramática, pois nada mais julgo necessário para se ver claramente a coisa como ela é, não podendo ser doutra forma mesmo no meio de todas as liberdades para que hoje se apela por tudo e por nada.

Entrando no assunto começo por dizer que sempre gostei de ver as coisas no seu lugar, sem se cair em exagerados puritanismos claro está.

Se vivesse noutra zona do País certamente não incomodaria V. Ex.cia porque raramente meus olhos tropeçariam nesse obstáculo, que certamente me causaria estranheza, mas por aí ficaria a história. Porém, como o encontro bastantes vezes por dia, e já há alguns anos, creia que não posso deixar de tentar pedir solução para o caso, que aliás é fácil de resolver, e o caso é este:

Desde que me conheço, e sou dos lados de Ponte do Lima, estava, como todos, habituado a ler nos letreiros de sinalização da estrada, em referência a essa vila minhota: «PONTE DO LIMA». Porém, há uma meia dúzia de anos talvez, comecei a ver escrito esse letreiro com um «E» no lugar do «O» da preposição «DE», a saber: «PONTE DE LIMA».

Pensei que fosse engano do pintor das letras e que algum superior lhe chamaria a atenção, e aquilo voltaria ao normal da língua portuguesa, ao de sempre, posto que nestas coisas as modas não devem pegar. Mas os anos foram-se passando e os tais letreiros sinalizadores continuam, cada vez mais desafiadores e vistosos, a lesar a língua de Camões no meu entender e no de quantos pensam como eu; *note-se que ainda não encontrei uma só nota discordante.*

Tenho procurado conversar sobre o caso também com diversas autoridades da estrada que, de acordo comigo, dizem só se poder explicar esse lapso por descuido ou coisa semelhante, aconselhando a escrever para a Direcção Distrital de Estradas. Assim o fiz já há muito; porém não houve resposta alguma nem qualquer sinal de vida em referência.

Entretanto os olhos menos atentos vão-se afazendo à nova variante, e a língua vai pronunciando «PONTE **DE** LIMA» por aqui e por ali; mesmo na Rádio-Televisão por vezes assim se tem ouvido; tem graça que há pouco um locutor pronunciou primeiramente como se lê nos letreiros das estradas, e, logo, leu «Ponte **do** Lima» na frase seguinte.

Isto não é estranho já que algum jornal escreve também «Ponte **de** Lima», escrevendo até, na mesma crónica, das duas formas, como se a ordem dos factores pudesse ser arbitrária. Mais: Crónicas tenho lido nas quais se vê o nome dessa linda terra das duas formas indistintamente, mas escrevendo sempre «Geraz **do** Lima» em referência a esta freguesia, por exemplo, numa contradição manifesta.

Toda esta confusão contraditória é inadmissível a meu ver, porque há uma gramática com suas regras, como há uma matemática com seus axiomas imutáveis a dizer-nos que dois e dois serão sempre

quatro apesar de todas as liberdades e modas que possam surgir à face da terra.

Um dia atrevi-me a escrever ao director do jornal, que me respondeu amavelmente, dizendo, aliás, que é um caso discutido e, portanto, que viva a liberdade.

Ora eu, que nem por sombras podia supor fosse possível qualquer dúvida séria sobre o caso, fiquei grato pela resposta mas ainda mais intrigado no assunto, mesmo no desejo de descer à arena, e, amigavelmente, acertarmos as coisas de modo a ser possível uma justa solução. Eis porque venho incomodar o nosso querido «Diário do Minho».

Como várias vezes aqui falei em ofensa à nossa gramática, termino precisamente a minha exposição, amiga com o fundamental argumento do meu ponto de vista que é o seguinte:

Sempre se escreveu «**PONTE DO LIMA**», e muito bem. Agora escreve-se nos letreiros sinalizadores, etc., «**PONTE DE LIMA**»; ora, se julgo a primeira versão muito bem, não posso dizer o mesmo da segunda. A razão é simples: gramaticalmente, na nossa língua, a palavra «RIO» é um substantivo masculino; um substantivo masculino singular é precedido do artigo singular «O» que pode estar junto da preposição «DE», se for o caso como é de facto. Assim, dizemos: «O rio», «Do rio» etc. porque os artigos têm de concordar

em número e género com o substantivo que precedem.

Quando dizemos: «Ponte **do** Lima» queremos dizer: «Ponte **do Rio** Lima», embora a palavra «Rio» se omita para simplificar. Portanto só se pode dizer e escrever correctamente: «**PONTE DO LIMA**».

Acho isto tão claro que não vejo campo para discussão ou para dúvidas. Oxalá que quem de direito atente no assunto e mande rectificar esse lapso que já vai tendo uns anitos de vida e por isso vai prejudicando, como se disse, a pureza da língua pátria.

De V. Ex.cia sempre grato e amigo

31/5/63

A. F.

II

"PONTE DE LIMA" OU "PONTE DO LIMA"?

- 1 — O tema não é assim fútil;
- 2 — Não é como Ponte de Sor;
- 3 — Não é cidade de Lima, do Porto ou de Lisboa;
- 4 — Dois nomes não;
- 5 — Não é fantasia;
- 6 — É, sim, «Ponte do Lima».

Por Avelino Ferreira

Senhor Director:

Depois da amável intervenção do senhor Cardeal Diabo a dar e exigir luz sobre este assunto aqui versado no dia 31 de Maio findo, vão mais estas breves considerações, até porque uma resposta sempre se dá, e as normas da boa educação não permitem impunemente virar as costas a quem se nos dirige, sob pena de cometermos uma incorrecção que lhes dá o direito de justamente nos apelidarem de malcriados o que não é pequeno castigo.

O assunto, para ser bem ilustrado e esclarecido, exigiria extensas colunas do seu jornal. Renuncio a tal porque seria perder tempo e feitiço.

Aliás todos teremos o cuidado e brio de escrever e falar o português com a correcção mais primorosa possível, respeitando ao menos as basilares regras de gramática que são, e sempre foram, a salvaguarda da pureza de qualquer língua.

Na primeira parte do seu escrito o autor usa indevidamente várias expressões, manifestando ter interpretado mal a minha simples e despretensiosa publicação por ele captada através de grossos vidros de aumento. Agradeço-lhe não use agora esses óculos, procurando simples e serenamente o lado bom que todas as coisas sempre têm, o que é meio caminho andado para a boa solução de qualquer problema da vida. Com preconceitos ou interpretações desvirtuadas nada de bom se consegue na vida livre e honrada que todos desejamos viver.

1.º — Em dado momento pergunta se vale a pena ocupar-se alguém assim destes assuntos, manifestando que considera assunto banal o facto de se escrever correcta ou incorrectamente (que apenas disso se trata) o nome duma vila portuguesa. Mais gente haverá a pensar da mesma maneira e ainda bem, ou ainda mal à escolha. Mas em nome dessa mesma liberdade tão apregoada, seja-me lícito discordar, porque a liberdade de funil é sempre injusta e aborrecida.

A correcção ou incorrecção de qualquer termo

duma língua, que se preza, penso nunca ser coisa de pouca monta e menos uma futilidade. Se assim não fora, não haveria tanto cuidado dos Governos, e até de cidadãos cômnicos e sabedores, em criar academias próprias com a altíssima incumbência de olhar pela pureza da língua pátria. Por esta tantos mestres sempre se bateram afincadamente com zelo invulgar. Por esta, sim, por suas coisas aparentemente pequenas, ainda há bem pouco tempo dinamicamente se batia o muito saudoso Rev.do Doutor Raul Machado com seus trabalhos e sapien-tíssimas charlas rádio-televisionadas que não podemos esquecer. E gratos devemos estar à R. T. P. por mais esse utilíssimo programa com que briosamente nos brindou, não considerando certamente tudo isso uma futilidade ou coisa «dè lana caprina».

2.º—Na segunda parte do seu escrito o senhor cardeal diz ter encontrado na sua enciclopédia: «Ponte do Roxo» e «Ponte do Mondego» a dar razão ao meu ponto de vista; mas que também encontrou: «Ponte de Sor» pela contrária. De início não foquei este ponto por o não julgar necessário, e para ser breve que é sempre minha preocupação no século das velocidades que vai correndo. Antes de mais, será bem termos presente que não se trata de «como se escreve ou se fala», «mas sim», «de como se deve ou deveria escrever e falar»; pelo que a enciclopédia, nesses casos e outros, pouco

nos ajuda, embora nos indique os termos já admitidos, bem ou mal, pela força do uso quase sempre cego e inconsciente.

«Ponte de Sor». Bem se sabe que existem essa e outras corrupções linguísticas, já adoptadas no correr dos séculos pela força do uso tantas vezes irreflectido, como se começa a fazer no nosso caso de «Ponte do Lima», não por irreflexão do povo mas pela desorientação geral provocada pelos letrados públicos, e daí...

Pelo contexto do seu escrito verifica-se que o autor apresentou essa corrupção já com foros de cidadania, para concluir que, como essa existe, se pode e deve corromper mais esta, e outras, e todas quantas se queira, desde que sejamos livres para escrever e falar como nos apetecer. Sendo assim... A pureza duma língua não merecerá deveras mais consideração?

Porém, tratando-se de pessoa letrada como supponho, não pretenderia apenas, no seu delicado ofício que lhe deu o seu nome, fazer uma objecção fictícia para fazer incidir mais luz no problema? Sendo assim, todos lhe devemos estar reconhecidos. E avento esta hipótese porque, da minha simples exposição, em boa lógica, apenas serenamente poderia deduzir-se esta acertada conclusão:

Na verdade toda a gente sabe que, em correcto português, o artigo concorda normalmente com o

seu substantivo; portanto quem quiser escrever e falar correctamente usará: «Ponte **do** Lima» como através dos séculos se tem feito, facto que representa outra grande prova de que só assim deve ser bem; quem não pretender falar com a devida correcção diga lá «Ponte de Lima», da Lima, dos Limas, das Limas, e o mais que lhe apeter, que isso já é só à vontade discricionária do freguês constituído em livre regra de si mesmo. Pode muito bem dizer, sob esse princípio bonito, outras coisas também bonitas, podendo usar «nubes» por «nuvens» e assim até ao infinito. Porém, não se esqueça de que procede assim sob **pena** de escrever ou falar **incorrectamente** com a agravante de contribuir para o lento degenerar da nossa língua, o que é pena.

Sim; hoje escreve-se e diz-se «Ponte **de** Sor»; mas em tempos idos dizia-se e escrevia-se «Ponte **do** Sor»; e a gramática ainda hoje não pode admitir outra fórmula porque «Sor» é um rio, e portanto um nome masculino com o qual o artigo concorda. Contudo, no andar dos tempos, nas costas da gramática que finge não ver nem ouvir, começou-se a adular este termo, como outros, passando-se a dizer «Ponte **de** Sor» por diversos motivos, sendo o mais normal a maior ou menor facilidade da pronúncia. E cá está o caso: «Ponte **do** Sor» leva em si a cacofonia de dois «O» em sílabas seguidas;

e nós, pela lei do menor esforço que sempre domina os actos humanos, instintivamente fugimos para «Ponte **de** Sor» que é muito mais suave e fácil. Esta fórmula, corruptela à margem da lei geral da gramática, passou, no deslizar do tempo, a ser adoptada em virtude do uso geral como não podia deixar de ser. Mas será sempre uma anomalia, uma corrupção, uma mancha na face da língua nacional, ainda que tolerada e admitida como tal.

Assim succedeu noutros casos ⁽¹⁾ e é pena venha a succeder com «Ponte **do** Lima» nos nossos dias; até porque casualmente esta expressão não contém qualquer cacofonia que aconselhe tal corrupção para se usar a variante corrupta de: «Ponte de Lima», acontecendo para mais que esta sofre da cacofonia «te de». Por isso aqueloutra de «Ponte **do** Lima» venceu sempre até agora. Digo que é pena, mas nada de aflições que, por via disso, não se vai para a cadeia, não se morre de fome nem de fartura, nem o mundo deixa de girar bem ou mal.

3.º—Finalmente, no escrito a que atenciosamente respondemos, apresenta-se também, como prova de que se pode falar como se quiser, sem rei nem roque como diria o nosso povo, o facto de se dizer:

(1) Diz-se por exemplo «*Póvoa de Varzim*» para evitar a cacofonia «*Póvoa do*». Mas diz-se correctamente «*Vila do Conde*». A cacofonia «*do Con*» poderia algum dia vir a justificar «*Vila de Conde*».

«cidade do Porto», a dar razão ao nosso ponto de vista, mas em contrapartida se diz: «cidade de Lisboa», «cidade de Beja» etc.

Ora aqui há um pouco de alhos e bugalhos à mistura; em primeiro lugar *porque se trata apenas do «do» ou «de» dos nomes compostos* e não de qualquer «de» de qualquer frase; depois, apesar de estar fora do assunto, considere-se que estes casos se regem por outro princípio (talvez já excepção à regra), o qual se poderia enunciar como segue, não esquecendo que «cidade» é nome feminino e o caso é bem diferente: quando o nome próprio de determinada cidade é substantivo masculino segue normalmente a regra geral; e assim a preposição «de» leva junto de si geralmente o artigo «O», dizendo-se: «cidade do Porto», «cidade do Rio de Janeiro»; «vou ao Porto», «vou ao Rio de Janeiro»; quando, porém, o nome da cidade é substantivo **feminino ou neutro**, geralmente a preposição «de» emprega-se simplesmente, sem o artigo feminino «a», e assim dizemos: «cidade de Lisboa» e não dizemos «cidade **da** Lisboa»; dizemos: «vou a Lisboa» e não dizemos: «vou à Lisboa»; «cidade de Lima» e não «da Lima»; dizemos: «cidade de Paris, de Luanda» etc.

Também geralmente se aplica esta norma às vilas, e assim dizemos: «vila de Ponte», e não dizemos: «vila da Ponte»; dizemos: «vou a Ponte»

e não dizemos: «vou à Ponte»; dizemos: «vila de Famalicão» etc.. Mas também temos: cidade da Covilhã», «vila da Feira», «vila da Póvoa», dizendo-se também nestes casos paralelamente: «vou à Covilhã», «vou à Póvoa» etc., e aqui é que se executa perfeitamente o princípio geral da concordância porque de nomes femininos se trata e são acompanhados do seu artigo.

Aplicando ao nosso caso em questão, podemos concluir que só se podia escrever correcta e legitimamente «Ponte de Lima» (como se diz «cidade de Lima») se a palavra «Lima» não se referisse ao «Rio» que tem esse nome e é masculino, mas sim à «lima-fruto» ou à «lima» que devasta metais porque ambas são nomes femininos. Mas, como claramente não é o caso, nada feito.

Isto é tão claro! E ainda haverá quem insista em escrever «Ponte de Lima» como se das «limas femininas» se tratasse? Não se pode perceber que assim suceda se é que se pensa e raciocina alguma coisa sobre o tema. E não se diga hipoteticamente que o «rio Lima», no seu baptismo, poderia ter tomado esse nome dos muitos pomares de limas que talvez atravessasse até Viana. Fosse ou não assim, isso não está em causa nem em causa está a palavra «Lima», nome próprio do rio. **Está apenas em causa o único facto incontroverso de a palavra «rio» ser um nome masculino com o**

qual tem de concordar o seu nome próprio «Lima» e o seu artigo que sempre o acompanha por imperativo gramatical como até hoje se tem feito. E note-se bem que o nome dos rios é sempre precedido do seu artigo masculino, por norma da língua lusa, não havendo cacofonia a impor outra coisa.

Ainda no mesmo escrito a que estamos a responder, o amável autor tem uma frase espaventosa similar de outras anteriores, atribuindo-me a ousadia de «querer obrigar as Obras Públicas a pintar novos dísticos de sinalização, dizendo que não há motivo para tal, visto que o hábito se inclina para ambas as formas». Nunca tive semelhante intenção de tal exigir dos respectivos Serviços, aliás sempre esmeradíssimos em todos os seus trabalhos de sinalização e em tudo o mais. No entanto **acharia bem se as entidades competentes reconsiderassem o caso, e, por si, livre e independentemente, se decidissem, não a pintar outros letreiros, mas simplesmente a colocar um pequeno «o» onde está um pequeno «e» há uns tempos para cá; e digo isto porque o julgo um bem como se depreende do que vimos dizendo, e porque seria a única maneira de se corrigir de raiz o que nos parece uma incorrecção na nossa língua que todos muito amamos.**

4.^o — Não, não é exacto que o «hábito se incline

indiferentemente para ambas as formas». Esse hábito geral nunca existiu; **existe agora apenas uma desorientação** em virtude daqueles dísticos, porque nem todos os que os lêem pensam no assunto embora estranhem por serem contra o seu velho hábito; mas julgarão-se eles em erro procurando corrigir-se; outros mais instruídos, pensam de facto no caso da inovação, mas ficarão na dúvida ou não estão para se incomodar; outros haverá ainda que, sempre amigos da última moda e até talvez sem reflectir, a aceitam porque é novidade. De todos os modos nunca o hábito optará pelas duas fórmulas, das que julgamos **uma correcta e não podem sê-lo ambas igualmente**. Não se esqueça que quando dizemos: «Ponte de Sor» só dizemos assim porque está no hábito secular; e aceita-se como a única fórmula aceite, sem sequer pensarmos na sua incorrecção nem na outra fórmula primitiva e correcta que passou à história e deixou de existir na realidade.

Com «Ponte do Lima» bem escusava de vir a dar-se o mesmo.

Para concluir: «Ponte do Lima» ou «Ponte de Lima»? O leitor esclarecido livremente decidirá, na certeza de que não paga multa, o que já é bem bom.

Julgo não viria fora de propósito uma semelhança elucidativa que passo a transcrever das páginas

da imaginação: Que diríamos dum médico, obrigado por missão a cuidar de tratar e curar os seus doentes, o qual, porque um deles aguenta e sofre resignadamente uma ou várias feridas, em vez de lhe curar estas como seria seu sagrado dever, lhe provoca outra e mais outra e muitas porque se julga um ser livre, e o paciente não se queixa tudo suportando em silêncio? E não seria esse clínico ainda mais digno de censura se essa pessoa doente fora a sua própria mãe, cujo rosto ulcerado ele devia curar e embelezar ainda por outros nobilíssimos títulos, o que aliás podia fazer com toda a facilidade? Bem; comparações são comparações. Mas não haja dúvida de que, por vezes, esclarecem, com golfadas de luz, certos problemas emaranhados. Será o caso? Seja ou não, é pelo menos aqui o nosso ponto final.

Muito grato estamos ao Senhor Director do «Diário do Minho» pela sua bondade em aturar-nos a ambos os palradores de: «Ponte do Lima» ou «Ponte de Lima». Amigo certo.

23/6/63

A. F.

5.º — *P. S.* — Para tratar o assunto com lealdade julgo meu dever acrescentar o que se segue: Pessoa

amiga acaba de me informar de que, há uns quatro ou cinco anos, se escreveu um artigo a defender a tese de que se devia dizer «Ponte de Lima», e esse amigo passou a escrever desta maneira desde então; mas, em face do que dissemos há pouco no «Diário do Minho», de facto se inclina para a fórmula velhinha de «Ponte do Lima», pedindo-me mesmo para responder ao senhor cardeal, a fim de se fazer mais luz sobre um caso que bem o merece.

Ora, uma vez que existiu tal publicação há anos, é possível tenha ela influído também para que os muito dignos Serviços da Junta Autónoma das Estradas, por essa altura, alterassem o letreiro velho e acertado de «Ponte do Lima», passando a desenhar a variante de «Ponte de Lima» na sua aliás tão esmerada sinalização, certamente na melhor das intenções, podendo, nesse caso, ser afastada a hipótese de isso se ter feito por um engano que depois iria ficando insensivelmente.

O autor dessa publicação, como me informaram, apresentava, em defesa da sua tese, o argumento deveras peregrino de que a expressão «Ponte do Lima» não se refere ao «rio» que, sendo masculino tem de ser precedido do seu artigo «o», o que acha lógico e acertado, mas sim, se refere à «Região».

O pior é que, nesta extravagante hipótese, temos de trepar ao campo da fantasia e abstermo-nos

de toda a realidade: temos de imaginar que o rio de Ponte nunca existiu; e, se tivesse existido, nunca foi um nome masculino e nunca se chamou «Lima»; e, se assim se chamou, a ponte nunca passaria apenas por sobre ele, mas, literalmente falando, seria uma ponte-fenómeno, a ligar picos de distantes montanhas sobre vastas planícies a que o seu autor chamaria «Região Lima» e a ponte sonhada seria «Ponte de Lima».

O autor dessa hipótese preferiu atirar-se para o campo duma fulgurante imaginação do que negar princípios gramaticais ou calcá-los, e nisso leva-nos a palma a muitos.

Mas francamente: é preciso possuir-se arrojadíssima imaginação para nos fazer abstrair de todas as realidades concretas de séculos, da existência duma pequena ponte, em local reduzido e determinado, a ligar apenas duas margens duma vila por sobre um pequeno rio que dá por «Lima» dando seu nome à vila marginal. E vamos assim abstrair de tudo o real para aceitar gratuitamente aquela tão fantasista hipótese?

Com o devido respeito, enquanto não possuímos outros elementos concretos de juízo, ela parece-nos sem pés nem cabeça.

A. F.

III

É "PONTE DO LIMA"

(Argumentos vários. A terra de Lima na alta Galiza...)

pelo *Conde d'Aurora*

Senhor Director

Habitual e curioso leitor deste Diário — e na sua Redacção bem acolhido colaborador — saboreei e respondi aos artigos sobre a grafia da minha lindíssima Vila natal: «**de**» ou «**do**» Lima.

Só há poucos dias, indo à Cidade, a uma reunião das Adeegas Cooperativas, aí e após de saborosa e succulenta costeleta do Inácio, e quando me desolava, na Nova Brasileira, por não ouvir já maldizer do meu amigo António Santos da Cunha, parecendo que Braga esquecera as suas obras e já o não tem como seu «inimigo n.º 1» — cavaqueando com o **Redactor X** soube do extravio do meu artiguelho.

Eu cá escrevo sempre **Ponte do Lima**.

Porquê?

Porque o Povo — meu eminente Mestre? — e

os Poetas — orquestradores do idioma — assim fazem.

Ponte **de** Lima era defendido pelos eruditos baratos fundando-se na terra dos límicos que outrora fora situada neste rincão, como diziam.

Mas desde os trabalhos do estudioso galego Marcelo Matias em que se provou tal povoado localizar-se na Alta Galiza — o único argumento de peso, feneceu.

Hoje temos apenas o fundamento filatélico e rodoviário (mas à saída de Braga lê-se no 1.º marco: «Ponte do Lima»). (1)

Os letrados da velha e erudita Sociedade escreviam «Ponte do Lima.»

(Quanto ao argumento luso-britânico da minha boa amiga Elaine Sanceau, eu recorro que aquela ilustre historiadora, como boa inglesa que é, pronuncia «**luziádos**», acentuado o vocábulo na penúltima sílaba...

E diz-se de «Sor» a fugir à cacofonia «Doçor»...).

Era vantajoso que o actual ilustre e erudito Presidente da Câmara Municipal de Ponte do Lima, o meu particular e velho amigo Coronel Alberto Machado, tratasse do caso.

Quando se está nos antípodas e se necessita

(1) Assim se lê também noutros marcos dessa e doutras estradas — *A. F.*

telegrafar ou telefonar, é uma grande confusão o nunca se saber se lá está escrito DE ou DO — tenho-o por experiência própria...

«Ponte de Lima», como diria Jean-Paul Fargue «é quando se escreve com o quinto dedo erguido e flectido»...

Ponte do Lima, *semper!*

In ripa limiae:

S. João, 63.

C. A.

IV

É "PONTE DO LIMA"

(Argumentos vários; O nome dos rios é sempre precedido de artigo...)

pelo *Dr. António de Sousa Machado*

Ex.^{mo} Sr. Director do «Cardeal Saraiva» ⁽¹⁾

Acabo de receber o nosso velho e sempre benvindo «Cardeal» e de ler nele a nota sobre

⁽¹⁾ Nome do dito jornal de Ponte do Lima. — A. F.

Ponte *de* Lima ou Ponte *do* Lima, da autoria do apaixonado limiano e meu muito querido amigo Conde de Aurora.

O problema tem feito correr tinta em quantidade considerável, não direi tanto como as águas do rio. *É problema que me penaliza* não ter tido ainda fácil solução, e creio, salvo o devido respeito, que seja pelo pouco peso da generalidade dos argumentos até agora usados. A terra nasce com a designação latina de Ponte Limiae. Temos aqui, pois, um genitivo que parece se deveria traduzir por *de* e dar portanto o topónimo Ponte de Lima. ⁽¹⁾

A corroborar esta solução aparecem as formas medievais Ponte *de* Limia. ⁽²⁾

Apesar disto não nos convencem essas razões.

Há que atender a que em latim não há artigos, e portanto a língua portuguesa permitiu-se usá-los segundo regras que talvez possamos dizer não serem todas integralmente esclarecidas. *As formas medievais «de Lima» são de transição e não correspondem ao português depois de bem fixado.*

(1) — Parecerá isso à primeira vista. E por isso levou alguns ao engano de «Ponte *de* Lima». Mas depois de se atentar bem no assunto, estudando-se a fundo, vê-se claramente que «flúvius» sempre foi masculino no latim que não tem artigo; e, no português, depois de bem estruturado, só podia dar a correcta tradução de «Ponte *do* Lima». *A. F.*

(2) — Veja-se os capítulos XI e X — *A. F.*

Assim aonde ir buscar regras decisivas?

Ao contrário do que muita gente julga, não são os gramáticos que fazem a língua, tal como não são os químicos que fazem a química.

Se a gente de Ponte do Lima pronunciasse com uma só forma o nome da sua terra, não havia problema; essa forma seria a correcta. Mas, como se vê da nota a que faço estas considerações e da que lhe acrescentou o illustre director do jornal, há divergências.

O uso do artigo, dizíamos acima, nem sempre é feito, conforme regras bem esclarecidas. Há topónimos que geralmente se usam com a precedência de artigo, enquanto noutros tal não acontece. Continua-se a afirmar que são precedidos de artigo os que têm uma denominação que é substantivo comum, assim dizemos o Porto e dizemos Aveiro. Ponte, como substantivo comum que é, parece que deveria ser precedido de artigo, mas tal não acontece. E assim dizemos: o Porto é grande; Ponte do Lima é alegre.

Os nomes dos rios são sempre precedidos de artigo: o Tejo, o Lima, o Minho, etc. Sendo assim, e sendo inequívoco que «o Lima» é o rio que entra no topónimo «Ponte do Lima», este conserva o artigo na palavra que compõe.

É, de resto, o que acontece com outras pontes. Dizemos a ponte do Tejo, a ponte do Douro.

Se dermos a ponte outro determinativo que por

si não leve o artigo, então também este não segue o *de* no composto. E é assim que dizemos a ponte *de* Valença, a ponte *de* Barcelos, etc.

Desta forma diremos a ponte de Valença e a ponte de Barcelos, *mas diremos a ponte do Minho e a ponte do Cávado, como diremos amanhã a ponte do Tejo e a ponte de Lisboa.*

Contra o que se deixa exposto poder-se-á argumentar que não é o rio Lima que figura no topónimo mas uma terra «do Lima». *Não nos parece que este ponto de vista possa ser defendido com felicidade, porque uma terra só pode determinar o nome de uma ponte se tiver uma grande importância e for uma unidade indiscutível a atrair as atenções. Poder-se-á dizer a ponte de Valença ou de Barcelos como se diz a ponte de Vila Franca de Xira; mas nunca se determinará esta ponte pelo Ribatejo, de forma a dizer-se a ponte do Ribatejo. (1) Não conhecemos nenhum caso em que uma ponte seja determinada por forma diferente da que deixamos apontada.*

Ora se no passado não havia nenhuma outra ponte a atravessar o Lima, como admitir que não fosse o rio que entrou no topónimo, se nenhuma terra importante chamada «do Lima», jamais existiu?

(1) Conceito excessivamente vago e diluído como o seria em «Ponte de Lima» terra ou região, o que é fora dos nossos hábitos e do nosso português. — A. F.

Se «o Lima» se diz sempre precedido do artigo, conserva o artigo na forma Ponte do Lima.

Reconheço, porém que fica de pé um problema: Concedendo que as regras conhecidas da nossa língua nos conduzem a preferir a forma Ponte do Lima, porque razão aparece também a forma Ponte de Lima?

Seria interessante fazer um inquérito popular, por exemplo nas escolas, para ver se essa forma aparece no povo ou se apenas é filha da erudição.

Sim, na realidade, eruditos têm dito Ponte de Lima, como se vê em Almeida Fernandes, aliás de fora da região, quando escreve os seus extraordinários trabalhos sobre a Ponte de Lima medieval. Mas outros sempre usaram «Ponte do Lima».

Leio no «Cardeal» que muitos foram os que escreveram no «Diário do Minho» sobre o assunto.

Como não costumo ler esse jornal bracarense ignoro se, atento o que nele já foi dito, estas desalinhas palavras podem ter qualquer interesse.

V. Ex.^a dar-lhes-á o destino que entender.
Cria-me muito atento, grato

26-7-63

A. S. M.

É "PONTE DO LIMA"

(Diversos argumentos; «Ponte do Lima» soa melhor...)

por *Cruz Cerqueira*

Sr. Director do «Cardeal Saraiva»

Deixe-me mostrar-lhe o meu desacordo àcerca da preposição que intercala o nome da vila. Sou por «Ponte *do* Lima.» Acho que tem toda a razão o ilustre conterrâneo e amigo Conde d'Aurora.

Quem faz a língua não são os filólogos, mas o povo. Antes de haver eruditos filólogos já o povo estabelecera a língua. É ele que a determina.

Os filólogos pugnam pelas normas científicas da formação do idioma. ⁽¹⁾

Porém o povo, que é o que exterioriza, fala e

(1) — É por isso também, dum modo geral, escrevem «*Ponte do Lima*», como se disse e adiante bem se prova, exceptuada alguma excepção e a desorientação presente que é o nervo da questão. Também eles, os eruditos, registando e aperfeiçoando a linguagem popular, estão connosco por «*Ponte do Lima*». — *A. F.*

escreve a língua, é quem a estabelece, forma e põe em uso. E por vezes até com manifesto agravo não só às regras e à própria lógica, como ao significado, à interpretação do vocabulário. É, por exemplo, o caso de riscar e desarriscar, antagónicos. Gente modesta interpretando desarriscar por riscar, frequentemente usa esta frase já trivialíssima no pagar conta ao negociante: *desarrisque* lá no livro! Isto equivaleria a não riscar a conta paga. Mas o uso transformou o desarriscar em riscar. E o certo é que este erro linguístico entrou na linguagem popular, comum, banal, e por sua vez na própria língua. O prefixo passou neste caso a reforço.

Com muitíssima razão ficou «Ponte *do* Lima» em vez da pretensa «Ponte *de* Lima», e embora se invoque estar baptizada com o *de* pelo foral escrito na bárbara linguagem da dona Teresa ou Tareja. ⁽²⁾

Há muito o povo diz «Ponte *do* Lima», portanto assim é e o reconheceu o actual código Administrativo escrevendo «**Ponte do Lima**».

De resto **soa melhor** «Ponte *do* Lima» do que «Ponte *de* Lima» em inflectiva modulação. A sonância tem importância. E por isso, como refere o Conde d'Aurora, se escreve e diz Ponte de Sôr para cortar a cacofonia *doçor*.

⁽²⁾ — Veja-se no capítulo XI como se deve entender esse «de» usado antes da formação definitiva do *nosso* português, estando por isso praticamente fora da questão. — *A. F.*

A língua forma-se pela linguagem do povo, repetimos. Ele é quem determina a língua.

E desde que, mesmo por vezes em disparate como vimos, se forma e invetera vocábulo pela linguagem popular, temos de o aceitar. ⁽¹⁾ O que é de repudiar são as formações monossilábicas, e vastas vezes de custosa expressão verbal, de abrevia-turas pouco conhecidas, verdadeira algaravia, de aspecto de código telegráfico e absolutamente contra as regras invocadas pela pureza dos eruditos filólogos.

Se estes combatessem tais anomalias!

26-7-63

C. C.

⁽¹⁾ — Como aliás o aceitam vulgarmente os gramáticos e filólogos depois de, às vezes, o aperfeiçoarem para seu enquadramento definitivo na língua pátria em que é por fim oficialmente aceite e aprovado. — *A. F.*

VI

"PONTE DO LIMA"

Na Lei Vigente

- 1 — A povoação de Lima nunca foi em Ponte mas muito distante na Galiza;
- 2 — «Ponte do Lima» no vocabulário oficial da Academia. Decreto 35.228; «Ninguém tem direito a escrever de outro modo», afirma um autor;
- 3 — Dois nomes não. Os eruditos e o povo de acordo;
- 4 — Pelos nossos lados sempre foi «Ponte do Lima».

por *Avelino Ferreira*

Senhor Director

1.º — É verdade que tinha dito na minha última intervenção que era ali o meu final, afirmação que obedeceu ao desejo de não incomodar demais o leitor amigo que tem de estar sempre presente na mente e maneiras de quem escreve para o público

que, se umas vezes é benévolo outras também sabe ser exigente.

Porém estava decidido a fazer uma terceira intervenção em resposta à segunda do senhor «Dito Cardeal Diabo» que apontava factos e objecções que bem mereciam fundamentada resposta para melhor esclarecimento, a transportar o caso da selva da dúvida para o céu claro da certeza.

De facto não aparecia em tudo isso qualquer consistência de prova, incluída a opinião peregrina de Almeida Fernandes, segundo a qual, uma remotíssima e arcaica povoação dos limios, que existiria de há milhentos anos e a milhentos quilómetros de distância na Espanha, é que deu **anacrònicamente**, com a forçada toponímia por madrinha, o nome a esta nossa ridente vila portuguesa!!!

Sim, ia responder, apesar de que os pontos e factos ali anotados já tinham a sua prévia resposta na dita minha segunda intervenção, dum modo resumido, pois previram-se várias hipóteses para não termos de voltar a intervir no assunto.

2.º — Surgiu, porém, agora de permeio um quinto intervencionista que assina: «um Sacristão»; não é de Ponte do Lima como afirma; mas; pelos documentos que cita, depreende-se ser letrado de garra que por lá trabalha e vive. Deu-se porfiadamente ao estudo da questão verificando além do

mais, que, no cartório paroquial de Ponte, até ao século 17 se vê o nome da vila com «*de*» e a partir daí se encontra geralmente com «*do*», sendo precisamente por essas alturas que começou a fixar-se definitivamente o português na sua estrutura de concordância gramatical hodierna, etc.

Diante da sua oportuna e erudita intervenção nada mais há a dizer com interesse para o assunto ou para os leitores, pelo que desisti imediatamente de enviar a V. Ex.cia a minha terceira intervenção que estava para seguir viagem, o que me dá alegria pois não gosto nada de incomodar seja quem for.

Agradeço muito ao nosso quinto intervencionista o seu veredictum oportuníssimo a frisar textualmente: «em 1940 a Academia das Ciências de Lisboa oficializou a fórmula «Ponte-do-Lima», e finalmente em 8 de Dezembro de 1945 foi publicado o decreto-lei n.º 35.228 que legaliza o acordo ortográfico luso-brasileiro e torna obrigatória a fórmula de «Ponte do Lima», concluindo: «hoje em Portugal ninguém tem o direito de usar ortografia diferente da que resulta dessa lei e se encontra no Vocabulário da Academia... com a dita grafia de «Ponte do Lima».

E o autor ainda prossegue concretizando: «ninguém tem direito a escrever de modo diferente»; «por conseguinte, as placas de sinalização das estradas não podem alterar essa

grafia, tendo mesmo de a corrigir onde estiver de modo diferente porque não fazia sentido que o Estado mandasse uma coisa e os seus Serviços fizessem outra».

Para se evitar certamente a procura de excepções à lei ou interpretações dispares, ainda transcreve uma base da mesma lei dizendo que esse decreto não admite excepções fora das referidas na sua base L que diz: «Para ressalva de direitos cada qual poderá manter a escrita que, por costume, adoptem assinaturas do seu nome», sendo idêntica faculdade concedida a firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registos públicos».

E pronto. Aqui está a **chave de oiro** a dar meia volta, tudo fechando em bem de tudo e de todos... e Deus seja louvado.

*

Agradeço ainda sinceramente as muito úteis intervenções do senhor Cardeal Diabo, do primeiro sacristão e do Sr. Conde d'Aurora. Agradeço especialissimamente a bondade do Ilustríssimo Director do «Diário do Minho» e do seu pessoal em aturar-nos a todos com gosto. Como vemos não foi em vão que descemos um pouco à arena, não para fazer sangue mas para fazer luz que era bem precisa. Oxalá que os muito dignos e briosos Serviços das Estradas se dignem, logo que possível,

modificar as suas cuidadas placas sinalizadoras para se acabar com esta anomalia gráfica e com a desorientação existente que antes não existira. Esses Serviços públicos quando grafam uma povoação levam sempre em si a dupla responsabilidade de bem orientarem os passos das gentes e a exacta nomenclatura da sua linguagem, o que é importante e nada banal.

De facto esta dualidade de nomes tornava-se muito desagradável para a nossa vila de Ponte. Uma terra com dois nomes igualmente admitidos no uso *é um fenómeno, e nós não queremos ser fenómeno*; queríamos a nossa vila com o seu próprio nome, mas um só, fosse ele qual fosse.

3.º—Ponte com dois nomes, um erudito e outro popular? O povo a dizer «Ponte de Lima», os eruditos gramáticos e o Estado a chamar-lhe «Ponte do Lima», como aventou hipoteticamente o mesmo autor procurando explicação para essa dualidade doentia?

Creemos isso não ser assim: os eruditos, dum modo geral, grafavam e diziam «Ponte do Lima» como o povo de sempre, e especialmente o povo da nossa região limense, porque o de longe mais facilmente pode enganar-se como é natural. Nem o Estado ia legalizar um nome em contra do povo ou das leis gráficas.

O que sucede é que, ao lado do modo geral de

falar e escrever assim, têm-se encontrado escritos particulares pela contrária, e têm aparecido escritores, que, tendo lido algures a grafia «Ponte de Lima», certamente feita por descuido despretenhioso, sem ligarem eles grande coisa ao vocábulo adoptaram para si essa fórmula com toda a singeleza; e logo alguns houve que, pretendendo explicar o facto, trataram de esquadriñar hipóteses e fantasias, interessantes mas peregrinas, que essa fórmula justificassem, não cuidando da outra porque, estando ela no uso geral e corrente, não precisava de justificação. Tudo isto se dá frequentemente e succede em muitas outras coisas da vida. É humano e é corrente. Mas depois surgem assim incongruências que, em seu dado momento, é preciso acertar tornando-as congruentes, e é o caso. Desde que há uma lei tudo bem acertando, toda a discussão é vã.

Apenas resta torná-la conhecida e cumpri-la.

4.º—Tormentas em dedais de água? mas se tudo é relativo nesta vida; a estranja vê por um prisma o que o bairrismo são vê por outro. E que lhe havemos de fazer? A paciência é a panacea omnipotente, e haja ela.

Oriundo dos lados de Ponte do Lima, por lá me nasceram os dentes, por lá deslizaram minha infância e mocidade, e sempre a conheci com o seu nome único em todas as bocas, no sentido e no coração do povo sem excepção, nos dísticos públicos

e privados, nos livros da escola, em autores mais tarde, sempre e em tudo: **«Ponte do Lima»**. As coisas vistas por este lado, não pode parecer estranho que se julgasse oportuno pôr a questão a debate, com a consciência de quem pisa terreno firme, para que a nossa vila de Ponte seja chamada pelo **seu nome e por um só nome**.

Desvanecidas as dúvidas... Viva **«Ponte do Lima»** que bem o merece.

8/7/63

A. F.

É "PONTE DO LIMA"

Na legislação; — Nos dicionários corográficos; — Nos autores; — Na Grande Enciclopédia. O fugidio exemplo da base 28 nada prova contra.

por *Avelino Ferreira*

Senhor Director

Já que se encontram de novo abertas as colunas do nosso jornal, permita-me voltar ao assunto que não pode ficar num beco sem saída quando perfeita e legal saída lhe assiste como se vê.

A prosas menos delicadas ou agressivas não respondemos. Porém sentímo-nos na obrigação de responder ao artigo do dia 9 do corrente, da autoria dum senhor que estimamos e por isso omitimos o seu nome, já que pela verdade dos factos nos força a esta pugna aliás amiga. O seu artigo pode bem considerar-se um balde de água fria que, no tempo quente que atravessamos, não sabe mal.

1.º — Começando por responder à última frase do artigo: «De resto Ponte de Lima não é a Ponte

do Lima», limito-me a remeter o seu autor para o que temos escrito e provado nos artigos anteriores.

Antes de entrarmos noutra matéria queremos ainda anotar que, para evitar fáceis recursos às gralhas (modo fácil de tudo se derrubar com uma penada), diremos sempre, após o vocábulo «Ponte do Lima», se nesse lugar deva entender-se com o artigo «o» na preposição ou sem ele.

a) Não Senhor; não é assim que se resolve a questão, a classificar-se graciosamente de «gralhas» tudo quanto «Um Sacristão» afirmou a respeito de os vocabulários oficiais registarem e imporem «Ponte do Lima» com o artigo «o». Bem podia calcular que não se tratava de gralhas da redacção, porque impossível seria aparecerem quatro ou cinco vezes gralhas idênticas e seguidas, tantas são as vezes que «Um Sacristão» repete a fórmula «Ponte do Lima» com o artigo, por ele encontrada nos documentos oficiais.

b) Nem podia tratar-se de tantos deslizes do mesmo autor, que se vê ser pessoa que toma as coisas a sério focando a questão tanto por um lado como por outro; não teve mesmo dificuldade em mudar de opinião como se depreende pela frase que cita do filósofo: «amicus Plato sed magis amica veritas».

c) No dito artigo a que respondo agora ainda se classifica de «errónea» a fórmula «Ponte do Lima»

com artigo porque «o seu autor ensina aos alunos a contrária «*Ponte de Lima*» sem artigo», concluindo «não poder proceder de outra maneira porque assim encontra na base 28 do decreto 35 228»!!

Não pode proceder de outra maneira? Pode sim, e seria o lógico caminho: era estudar o assunto, quando mais não fosse, em ordem ao leccionamento esclarecido, para não haver o perigo de se ensinarem coisas que possam resultar erradas ou menos verídicas.

2.º — Em face de tudo isto, tratamos nós de estudar melhor a legislação, o decreto na sua base 28 em primeiro lugar, previamente certo de que aquilo não podia resultar assim, porque o decreto também não podia estar em oposição aos seus vocabulários que são os modelos legais e obrigatórios a seguir. Com a base 28 entre as mãos, o que encontrei eu? tudo tão simples! Essa base fala apenas do hífen — travessão que se coloca entre os elementos dos nomes compostos, por exemplo: Albergaria-a-Velha.

Na primeira parte diz haver nomes que, pelo uso, ainda se grafam com o hífen. Na segunda parte diz haver nomes que, pela força do uso, já dispensam o hífen, e cita também, apenas como casuais «exemplos» só disso, vários nomes como Figueira da Foz, Rio de Janeiro, Ponte de Lima que se encontra sem o artigo.

Mas note-se bem o que segue, uma vez que esta grafia se encontra em oposição a Vocabulários Oficiais, e tem por isso de ser razoável e justamente interpretada:

a) A base legisla apenas sobre o hífen e não sobre o «do» ou «de» dos nomes compostos; e portanto não atinge o nosso caso, não legisla sobre ele.

b) Aquela grafia, do exemplo casual do decreto, está em contradição com a grafia do Vocabulário Onomástico oficial de 1940, em que o decreto se baseia dum modo geral, e mesmo o aprova naquilo em que não seja alterado por Vocabulário subsequente; a conclusão é clara a impor-se de por si, porque as contradições não podem admitir-se razoavelmente.

c) Portanto aquele dito «exemplo» de «Ponte de Lima» sem artigo, da dita base 28, é uma grafia accidental e «extra legem», e pode-se explicar por uma lamentável errata de redacção, se não por um «lapsus cálami» como entidade responsável sugeriu; um lapso da caneta a deslizar despretensiosa sobre o papel, lapso que também aos correctores podia passar despercebido entre tanta coisa.

d) Por conseguinte a grafia «Ponte de Lima» sem artigo, da base 28, nada prova, é sem efeito praticamente para o nosso caso, levando-nos a esta conclusão particular a lógica em boa forma,

e o humano decorrer da vida, que é muito importante em assuntos deste teor.

e) Sim, essa grafia da base 28 poderia levar a equívoco o leitor menos cuidadoso, que não se desse ao trabalho de consultar Vocabulários oficiais ou a «Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» e contra a qual também está a grafia referida da base 28 como se verá. Sim, senhor: Poderia levar a equívoco, e mesmo vincar uma dúvida no espírito do leitor, mas nunca uma certeza de ser autêntica a dita grafia accidental daquela base. E seria essa dúvida, motivada pelo exemplo da base 28, que levou o pintor das placas rodoviárias a mudar a grafia de sempre, começando a escrever na sinalização «Ponte de Lima» sem artigo?

Talvez, e foi pena pela desorientação criada a que era bom pôr-se fim. Arrumada a base 28 do decreto 35 228, vamos à lei gráfica dos Vocabulários oficiais e Enciclopédia já citada.

Mas antes será útil referir vários dicionários corográficos que examinei, e em todos, sem excepção, encontrei esta mesma grafia de «Ponte do Lima» com artigo; isso prova, embora particularmente, que deve ser esta a única grafia adoptada por lei; grafam assim por exemplo os dicionários de Amaral Frazão de 1952, o de Sampaio Andrade de 1944, o de Moraes de 1958, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa de 1943 e ainda outro que

examinei cujo nome se evoluiu da mente. Esta unanimidade já diz tudo sobre a verdadeira e legal grafia de Ponte do Lima, pois é certíssimo que os autores, normalmente, procurarão grafar de acordo com a lei.

3.º — Entrando por fim no campo oficial e legal:

a) Temos o Vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa de 1940 que apresenta a grafia de «Ponte-do-Lima» com artigo junto da preposição e com hífen. Da relação deste vocabulário com a lei do decreto 35 228 já falámos mais acima.

b) Notemos que o «Vocabulário Resumido da Língua Portuguesa» de 1947 é o subsequente ao decreto 35 228 e é oficial. Porém o seu Onomástico ainda não foi publicado, tendo-se há poucas semanas anunciado na Rádio a nomeação da sua Comissão executiva se meus ouvidos não me enganam como creio.

Para o nosso caso está portanto em vigor o vocabulário citado de 1940, alterado em conformidade com a base 28 do referido decreto que manda suprimir os hífen do nome composto «*Ponte do Lima*».

E veja-se como é assim e como é claro: Em virtude da grafia oficial desse Vocabulário que manda escrever «Ponte-do-Lima» com artigo e com hífen, e em virtude da base 28 que, cinco anos mais tarde, manda suprimir os hífen por via do uso progressivo

é justificado, *resultou a nossa grafia actual, oficial e legal de «PONTE DO LIMA».*

Que assim é prova-o a quase totalidade dos autores de dicionários corográficos que citei, os quais, depois de bem estudarem estas duas facetas da lei no Vocabulário e na base 28, grafam também sem se sentirem com sombras de dúvidas, «*Ponte do Lima*» com artigo; o mesmo faz a «Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» como se referiu, e cremos isto bastante para degolar toda a dúvida em quem quer que seja, desde que haja um mínimo de boa fé.

Note-se ainda que todos esses autores, e a Enciclopédia, para alterarem o composto «Ponte-do-Lima» suprimindo os hífen, leram a base 28 onde viram o tal exemplo fugidio de «Ponte de Lima» sem artigo. *E é evidente também que o interpretaram como errata ou grafia enganada sem valor, pois não grafaram em conformidade com esse exemplo, mas com o Vocabulário oficial e legal de 1940 e com a ordem da base 28 que manda suprimir os hífen, mesmo em contra do tal exemplo que está em contradição com a dita grafia oficial e com tudo o mais.*

c) Finalmente cá estamos de enciclopédia na mão. É ela a «**Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**, da «Editorial Enciclopédia», de «Lisboa e Rio de Janeiro». Esta colossal Enciclopédia é boa prova de que o acordo ortográfico

luso-brasileiro está em pleno vigor e em progressiva actividade, encontrando-se em elaboração nova enciclopédia luso-brasileira como nos foi dito.

Ora, reportando-nos ao nosso caso da verdadeira grafia do vocábulo «Ponte do Lima» que nos vem ocupando, a referida enciclopédia, no seu volume 22 e página 439, grafa, em letras bem destacadas, a fórmula «**PONTE DO LIMA**» com o artigo «O» junto da preposição. Dedicou dez páginas a esta nossa vila minhota, através das quais ostenta a mesma fórmula invariavelmente dezenas de vezes, sempre a sua grafia legal e obrigatória de «**PONTE DO LIMA**» com o artigo «O».

De facto trata-se dum documento muito importante, quase oficial quanto à sua ortografia, no sentido de que segue invariavelmente a lei gráfica de 1945 como se lê no princípio de cada volume, a saber: «*A ortografia seguida neste volume é aquela que, em virtude da convenção ortográfica luso-brasileira, de 1945, foi tornada **OBRIGATÓRIA** em todas as publicações editadas em Portugal por força do decreto 35228 de 8 de Dezembro de 1945*».

Mais claro? Não ficará assente duma vez para sempre que a única fórmula legal e obrigatória é «Ponte do Lima»? E assim, também já sabemos que esse é o verdadeiro e único nome desta nossa vila.

Alguém com responsabilidades aconselhou, em

último caso, a fazer uma consulta à Academia das Ciências pedindo o seu veredictum sobre a genuína interpretação da lei. Mas ainda será isso preciso depois de provas destas? Não representaria mesmo uma infantilidade depois de provas tão claras? Os estimados leitores e os digníssimos Serviços das estradas o dirão na prática da vida.

4.º — **Resumindo:** É certo que a base 28 tem «Ponte de Lima», mas como exemplo do emprego do hífen apenas, e não tratando **de propósito** (ex professo) do assunto.

Ao tratar «ex professo» do assunto grafa «Ponte do Lima» com o artigo como se vê pelo seu calendário (dela Academia).

Assim o entendem os responsáveis autores de vários dicionários corográficos, alguns dos quais vi e citei.

Assim o entendem os responsáveis oficiais porquanto o Vocabulário oficial assim o regista para ser seguido. A citada «Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» grafa também «Ponte do Lima» com artigo porque assim o manda o próprio acordo ortográfico conforme a Enciclopédia confessa, como foi citado.

Este é que é o argumento sólido.

E tudo o que não seja isto, mesmo o chamar nomes, não destrói esta argumentação. Antes pelo contrário, o recurso a insultos e nomes só se verifica quando não há razão. Damos o caso por arrumado.

A Bem de Ponte do Lima

15/7/63

A. F.

VIII

É "PONTE DO LIMA"

(Argumentos vários e concisos. Autoridade do povo, de escritores e poetas, etc.)

pelo *Conde d'Aurora*

Suponho que tendo o «D. do M.» aberto uma excepção para se repisar uma defesa da grafia Ponte DE Lima — será lícito fazer uma nova excepção para uma defesa da grafia **Ponte DO Lima...**

E fiado nela...

O argumento da Reforma Ortográfica não tem valor, **porque a Reforma Ortográfica não manda grafar Ponte DE Lima.**

Os meus contraditores que trouxeram ao decídio tal argumento, que o provem, mas não se limitando à simples afirmação.

O Povo — o Mestre da Língua! — esse, tenho-o eu sempre ouvido pronunciar «**DO Lima**», em toda a Ribeira-Lima.

É evidente que não considero Povo os ranchos folclóricos que actuam na rádio — antes pelo contrário...

Continuo afirmando tratar-se da ponte sobre o

rio Lima, e porque o rio tem artigo deve conservá-lo.

Assim escreverei Ponte DE Braga, Ponte DE Guimarães, Ponte DE Coimbra, etc. — mas seria necessário provar-se no que o topónimo se refere a **uma localidade LIMA** — qual? — e não ao Rio Lima, para eu grafar «Ponte DE Lima».

Ora se temos um rio: o Lima; e sobre ele uma ponte; — e junto a ambos uma povoação; e essa se chama «Ponte de (ou do) Lima» — não será referida a **essa** ponte sobre **esse** rio?

E será antes referido o topónimo a uma povoação — mas qual povoação, meu Deus! se não a que se **criou junto à ponte sobre** o rio Lima, e que portanto deve chamar-se «Ponte-de-O-Lima», isto é: **PONTE DO LIMA**, pela contracção!?

O erudito Óscar de Pratt (in-Alm. de P. de L., 1924, pg. 125) escreveu: Ponte DO Lima, **Pontem Limiae**—«Ponte-do-Lima» «Ponte-de-Lima» «Ponte-Lima», como Vilaconde de Vila do Conde. ⁽¹⁾

(1) Tradução com maior ou menor correcção do genitivo «Limiae» que referindo-se, como é certo, ao *rio* masculino «Lima», só pode traduzir-se *correctamente* com a fórmula: «**Ponte do Lima**» visto que no latim não há artigos a especificar; e por isso, na tradução exacta, temos de atender ao género do substantivo em questão. Ninguém duvida de que «*Rio*» em português e latim é nome masculino. Portanto...

A. F.

Pinho Leal (Port. Ant. e Mod.) traz o vocábulo em «**Ponte DO Lima**».

Carolina Micaelis adopta a grafia «Ponte DO Lima» (cf. Alm. P. de L., 1923, pg. 291 (7)).

O egrégio Poeta António Feijó escrevia, em prosa e verso, «Ponte DO Lima»—como o orchestra, na música já clássica de seus versos, outro genial vate, Pedro Homem de Melo...

J' en passe... O Conde de Bertiandos, o Dr. Luís da Cunha Nogueira, e o jornalista Severino Costa — três grandes nomes limianos, por exemplo...

Grato pela publicação destas linhas, peço me creia criado devotadíssimo.

18/7/63

C. d' A.

IX

É "PONTE DO LIMA"

(Argumentos vários; Cantares; Falsificações; Es-
critores; Passeio à beira-rio; Acabe-se com as
contradições até perante turistas...)

por *Fernandes Dias*

Senhor Director:

Apresento a V. Ex.cia respeitosos cumprimentos pedindo-lhe desculpa.

Permita que lhe venha dizer do prazer que a «polémica» sobre a linda vila nortenha de **Ponte do Lima** me tem suscitado. Confesso que tenho aprendido coisas que ignorava.

Da discussão diz-se que nasce a luz; mas nem sempre, sobretudo quando a paixoneta, e muitas vezes o nosso orgulho e amor próprio a tornam irreverente e acintosa. *A polémica deve ser sincera, leal, correcta e construtiva.* Doutro modo, seguindo outro rumo e não se tendo como objectivo a busca da **verdade**, deixa de ser útil.

Quem conhecerá melhor a toponímia local da Ribeira-Lima? Os escritores do centro ou do sul

do País ou até os brasileiros, ou os desta região minhota? *O erro... é uma doença epidémica; e, depois já sabemos que «Maria vai com as outras!»*

O Acordo Ortográfico, como vemos na Base XXVIII, tantas vezes citada, **escreve**, mas **não obriga**.

Ora veja V. Ex.cia, que, só para **confusão** dos leitores do «Diário do Minho», *até chegaram a alterar* a linda poesia «O Minho» de Sebastião Pereira da Cunha, que vem em «Serões de Portuzelo!» e que transcrevo fielmente:

...«Pinha de flores, que a frescura anima,
Ponte do Lima que ideal tu és!
Finges o cisne, a retratar a face
N'água, que nasce e que te corre aos pés.»

«**Ponte do Lima**» *sempre escreveram os poetas e escritores Limianos*. Eu, não me importando com questões, sigo-os como mestres, e creio que não vou parar à cadeia. Assim escreveram: Ramalho Ortigão, D. António da Costa, Sebastião Pereira da Cunha, Conde de Bertiandos, António Luís Gomes, Artur Maciel, Pedro Homem de Melo, Tenente-coronel Afonso do Paço, Conde d'Auro-ra, etc., etc.

Se desejarem provas... Mas não. Uso de sinceridade e a **companhia** não é má.

Agora, Sr. Director, se me dá licença, vou convidá-lo para darmos um passeiozinho pelas estradas marginais do Rio Lima. É magnífico, cheio de atractivos, de motivos de beleza. Atentemos, pois, na **sinalização** das estradas: *Moreira do Lima, Refojos do Lima, Beiral do Lima, Geraz do Lima...* e Ponte de Lima. *Porquê, Sr. Director, apenas esta excepção? Estará bem? Que dirão de nós os «turistas» estrangeiros que nos visitam nesta época do ano?*

Nesse passeio, pelos campos e na faina dos trabalhos agrícolas, ouviremos talvez as moçoilas da região limiana, — enquanto outros discutem, — cantar alegremente as loas do Cancioneiro de Viana do Castelo, compiladas, em número de 1 500, pelo referido Tenente-Coronel Afonso do Paço:

«Tenho um amor em Viana,
Outro em *Ponte do Lima*;
O de Viana não presta,
O de Ponte é coisa linda.»

De resto, Sr. Director, deixemos a questão a quem de direito. Afirmações e só afirmações... nada provam e nada valem.

Muito grato, muita estima e amizade, por me aturar um pouco.

21/7/63

F. D.

X

É "PONTE DO LIMA"

(Sua história; Suas origens...)

por *Fernandes Dias*

Ex.^{mo} Senhor Director:

Pedindo que se digne aceitar cumprimentos de respeito e estima, vinha solicitar-lhe a gentileza de mais um cantinho no nosso «Diário do Minho». Num colóquio amigável continuaria a dar «achegas» à questão tão debatida da vila nortenha de **Ponte do Lima**. Este colóquio, a modo de carta, terá em vista não me querer sobrepor a qualquer opinião e a não ferir susceptibilidades dos ilustres polemistas.

O que eu desejava, Senhor Director, é que eles, da Ribeira-Lima, ou não, procurassem sempre basear-se em certezas e não em simples conjecturas hipotéticas. Eu, sem ser «pedra dura», continuarei a escrever **Ponte do Lima** até que alguém **apodícticamente** (uma beleza do dito Acordo!), apresente argumentos sérios (e não irónicos!), baseados em certezas históricas. Simples afirmações, por vezes ardilosas, não me bastam. Sou mais exigente. Por

mal dos meus pecados, na luta pela vida, não têm conta as vezes que atravessei, calcurriando, as Veigas, pequena e grande, que se estendem pela marginal esquerda do Rio Lima, desde Passagem ao lugar ribeirinho de Correlhã onde se situa a Capela de N. Senhora da Guia. Conheço bem a região limiana: e, queria, como disse, certezas que os nossos historiadores antigos não nos deixaram. Seriam eles menos inteligentes do que nós, ou menos sérios e cautelosos na rebusca dos factos históricos? O que é certo é que em muitos casos tal enigma tornou-se-lhes indecifrável. E a mim, Senhor Director, parece-me que continuará... Desculpe o pleonasma!

Pelo que tenho lido em diversos autores e pelo que tenho aprendido dos polemistas da questão, verifiquei já algumas certezas:

1.º) — O rio Lima (português), ou Límia (espanhol), tem sua origem na lagoa ou pântano de Beon, hoje laguna Antena, na região de Límia, Espanha. Atravessa, depois, Gínzio de Límia, terras de Bande e Lóvios, até entrar em Portugal na Madalena, próximo de Lindoso. O rio, porque irriga os campos marginaes, desde Límia a Viana do Castelo, ou porque passa junto de povoações, deu a essas terras o nome de ribeira-Lima ou **ripa Limiae**. *Na nossa questão, sem o rio Lima, como alguém pretendeu, não havia qualquer região com essa nomen-*

*clatura nem mesmo em Ponte do Lima. A ribeira-Lima, portanto, não é anterior ao rio. O rio foi sempre Lima. Diogo Bernardes o cantou nas suas elegias: — «Junto do Lima claro e fresco rio que Lethes se chamou antigamente». Também Martinieri e Banarand: — «Lethes qui et Limius, fluvius Hispaniae, nunc Portugaliae, Forum Limicorum seu Pontem Limiae rigat, deinde ÓPPIDUM VIANNA DÈ FOZ DÈ LIMA dictum, et infra in Oceanum Athlanticum se exonerat» — Letes ou Lima, rio de Espanha e de Portugal, banha a Povoação dos Límicos ou Ponte de Lima, ⁽¹⁾ «a cidade de Viana da Foz do Lima, e se lança mais abaixo no Atlântico». O que nos deve merecer sempre muita atenção, nos documentos antigos, é não confundirmos a preposição latina **de** (lugar donde, origem ou proveniência), com a preposição portuguesa **de**; e o documento citado é muito posterior.*

2.º) — Ainda se desconhece, por completo, o local onde existia a Povoação dos Límios (**Forum Limicorum ou Civitas Limicorum**) que uns dizem ser na Correlhã, antiga Corneliana, onde «se vêem vestígios claros duma povoação no monte

(1) ou «do Lima» melhor dito, que em latim não havendo artigos, «Limiae» pode traduzir-se «de, da, do,» conforme o género do nome, que no caso é masculino. — *A. F.*

Annor ou Nahor (hoje Nó), assim chamada pelos romanos»... ou em Arcozelo, junto do monte de Santo Ovídio, ou em Bertandos. Não se sabe, portanto, historicamente, onde se situava a antiga Brutónia, Britínia ou Britónia do Lima que se supõe ter sido fundada pelo cônsul romano Décio Júnio Bruto, 135 anos antes de Cristo. O que se sabe é que era próximo **do Rio Lima — ripa Limiae**, e que no século IV, da era cristã, era cidade episcopal e bispado sufragâneo de Braga. ⁽¹⁾ **Notemos**, contudo, que **ripa, dè ripa**, significa **margem alta**, o que verificamos da situação de Arcozelo e da Correlhã que não estão precisamente na margem do Rio Lima, mas em terrenos mais altos, embora adjacentes. *Todas as freguesias próximas do Rio Lima são designadas, em documentos, como «dè ripa Limiae», e o seu verdadeiro nome, bem o sabemos, é muito diverso: Arcozelo, Correlhã, Seara, Pessegueiro, etc.*

⁽¹⁾ Naqueles tempos remotos, antes da sequente organização eclesiástica, multiplicavam-se com facilidade os bispados sufragâneos, equivalentes aos nossos arciprestados ou vigararias, e ainda com áreas mais reduzidas. É assim, como esse bispado sufragâneo dos lugares e povoações das margens do Lima, é bem conhecido o bispado de Dume onde S. Martinho foi bispo, junto de Braga; o bispado de Aquae Flaviae, de Chaves, onde foi bispo o escritor Idácio Límico (390-470?); como outros do Minho e Espanha também sufragâneos da Sé Primaz de Braga. — *A. F.*

3.º — Última certeza. *A vila actual de Ponte do Lima, nesse tempo, ainda não existia, como se depreende.* Os límios, límicos ou limianos, para fugirem ao saque, ao incêndio, à destruição, perseguição ou morte, abandonaram as suas povoações. Uns para a foz do Lima, onde fundaram a antiga Viana; outros para as montanhas; e outros para diversas terras, como Tarragona, Antequera, Chamusinhos, Cambella, Pesqueira, Chaves, etc., como consta de várias inscrições antigas que apareceram. Mas isso... não nos interessa para solucionar o nosso problema.

*Nos princípios da nossa nacionalidade (E ISTO É QUE É NECESSÁRIO FRISAR!), junto da Ponte do Rio Lima, poucas casas havia («Silvia Minhota» de Leonídio de Abreu); e, essas, humildes e miseráveis, verdadeiras choupanas. E tanto assim que, ao passar por lá D. Afonso IV, e seu filho, «impressionou-se vivamente com a pobreza de tal povoação». Como o local era lindo e aprazível... D. Teresa deu-lhe o foral de Vila de Ponte, sem qualquer outro nome. «Placuit mihi ut faciam Villam supranominato loco Ponte» — *aprouve-me fazer vila o designado lugar de Ponte.**

Este lugar de Ponte foi progredindo, sendo mais tarde muralhado e fortificado para as lutas da Independência e das Invasões; e, para se diferenciar doutras povoações, foi-lhe então acrescentado o «**de Lima**» ou **do Lima**. Esta a certeza, e que o

povo, tantas vezes invocado, fiel à tradição, ainda actualmente diz: vou à vila de Ponte, vou a Ponte, vou à feira de Ponte.

Como o «dè ripa Limiae», portanto, nenhum valor tem para o nosso caso, em discussão, porque a dita vila de Ponte não se encontra situada em nenhuma ribada ou margem alta, mas precisamente junto ao Rio Lima e ligada pelo Largo de Camões a Arcozelo por uma ponte, continuarei a dar-lhe e a escrever o nome de «Ponte do Lima».

O mesmo diz Pinho Leal («Portugal Antigo e Moderno», Vol. I, pág. 237) referindo-se a Arcozelo do Lima, «onde há uma formosa ponte de cantaria com 37 arcos; e na entrada pela ponte, está edificada uma torre antiga a que chamam Torre Velha e que **ESTA PONTE É QUE DEU O NOME À FRONTEIRA VILA DE PONTE DO LIMA**».

De resto, Sr. Director, fiéis ao nosso idioma pátrio, sem arcaísmos de documentos antigos, sem latinórios aportuguesados, nós bem sabemos que os habitantes desse lugar-Ponte não moravam mesmo em cima da ponte(!), como alguém disse, mas na povoação e em suas casas!

Até não deixaria de ser interessante nós darmos, de novo, o pomposo título, atrás referido, à Princesa do Lima: — **Cidade Viana «DÈ» Foz «DÈ» Lima!**— *Talvez... a Cidade esteja no meio do rio!...*

Muito grato, Sr. Director.

Barroselas, 29-7-963

F. D.

XI

É "PONTE DO LIMA"

(Nas suas pesquisas e na força do seu latim...)

por *Avelino Ferreira*

Senhor Director

Cumprimento V. Ex.cia e peço se digne aceitar estas conclusões do estudo das pesquisas históricas e prè-históricas feitas por amável contendor, que, com graça, diz «descer ao povoado» para um pouco de cavaco amigo, e nos mimoseou com quatro artigos pesquisadores, cujos *latins aporuguesados* nem sempre são bem traduzidos nem bem entendidos; que, se o fossem, ele concluiria, como ontem Fernandes Dias, optando pela fórmula de sempre «*Ponte do Lima*». Amanhã terminaremos por acertar umas poucas coisas ainda.

Tem havido boas publicações a favor duma e doutra fórmula neste debate em boa hora começado. Porém ainda não vimos argumento com o peso preciso para nos levar a deixar a fórmula de «*Ponte do Lima*» com artigo, que usamos na melhor

das convicções, e continuaremos a usá-la com mais convicção daqui em diante, que certamente o melhor da argumentação está exposto, e não podemos ficar eternamente a repetir o mesmo.

Começarei por tratar dumas noções gerais, terminando por analisar certos pontos com a melhor vontade de bem servir.

1.º — Apreciámos deveras os artigos do nosso amável interveniente e agradecemos-lhos. Apreciámos grandemente a sua correcção, que nos sensibilizou em comparação com a malcriadez de outros.

a) Porém, entre tantas coisas interessantes, através de cinco intervenções, sobre *termos latinos e seu uso histórico*, as provas a favor de «Ponte de Lima», para hoje resultaram *pouco eficientes*.

Sabe-se bem que os termos «Limiae», «Bracarae», «Romae» etc. (geralmente no genitivo para designarem morada, lugar etc.) dão, na tradução, «de», «do», «da»; e dão às vezes em confusão ao traduzir-se com o emprego da preposição e respectivos artigos, que no latim **não existem a especificar o género dos nomes**.

b) Depois o povo, habituado ao latim «Limia», (nome do «Rio Lima» a baptizar suas povoações marginais), traduzia isso mesmo sem a preposição «de», num português *de berço* saído do latim, dizendo também: «vou a Limia» ou «Lima» em

abreviatura. Mas isto nada prova contra a fórmula hodierna e secular de «Ponte do Lima» com artigo; antes pelo contrário, porque nisso tudo **preside sempre o conceito latente ou explícito do «Rio Lima», em latim «Limia flúvius». O mesmo se diga da tal Ripa-Limiae** também citada nas pesquisas; aliás repare-se que nós, hoje, usamos a mesma bela fórmula em português correcto quando dizemos: **«Ribeira-Lima», sinónimo autêntico contraído de «Ribeira do Lima» (rio).** Nem que se diga mais incorrectamente, à medieval, «Ribeira de Lima», **no fundo, como se vê, preside sempre o conceito masculino do «Rio Lima», pois bem se sabe que «riba» ou «ribeira» é a terra marginal dum rio, e ali não consta tivesse havido outro. Isto esclarece ainda que o «Limiae», «Limia» e «dè Limia» dos antepassados, se referia sempre ao «Rio Lima» e a nada mais.**

Mesmo hoje, se quisermos verter para o latim corrente a expressão «Rio Lima», diremos: «Limia flúvius» ou simplesmente «Limiae» ou até «dè Limia», conforme os casos, como os nossos maiores que nos legaram traços do seu latim para a nossa língua em formação.

Agora, essa expressão *faz confusão* a alguns espíritos, que nisso querem descortinar ali a existência duma terra «Limia» ou «Lima», independente do conceito base do «Rio Lima».

(c) Note-se ainda que o latim clássico, em nomes compostos, em datas de correspondência, ou exprimindo lugar, omite todas as palavras (que se supõem) usando apenas a final. E assim, v. g., querendo dizer: «in civitate Bracarae», «Romae», «Limiae» etc., data-se apenas: «Bracarae, **Limiae**, tantos de tal».

E em vez de se dizer: «vou para a cidade de Roma, **para a vila de ou do Lima (rio)** ou mesmo de **Ponte do Lima**», diz-se simplesmente a última palavra: «Eo Romam, **In Limiam**, Bracaram», mesmo sem «in». Tudo isto, como se disse, tem criado a tal confusão que leva alguns a exigir ali a existência fantasista duma terra «Lima», independente do conceito do Rio Lima.

E para quê?

d) Mais: Nós, hoje, quando abreviamos os nomes compostos, fazemos geralmente o contrário, pronunciando apenas a primeira palavra como: «**vou a Ponte**, vou aos Arcos», e não dizemos, à latina, «vou a Lima, vou a Valdevez». Conheço no Alentejo uma modalidade alatinada, na expressão de se ir a casa de alguém, omitindo-se a palavra «casa», dizendo-se portanto: «vou à do Fernandes», em vez de: «vou à casa do Fernandes». São relíquias regionalistas de antanho.

Voltando ao latim, é tal o poder da simplificação da linguagem, que até se vê elegantemente a supressão do acusativo exigido pela partícula «in»,

usando-se apenas em genitivo o nome da cidade ou terra, por exemplo: «eo in Romae, in Bracarae, in Limiae», em vez de: «in civitatem Romae», in «**Limiae**» vicum vel Pontem», querendo sempre dizer: «vou à cidade de Roma, à povoação do Lima ou a **Ponte do Lima**». Continuam as confusões?

2.º — Postas estas noções gerais, foquemos certos pormenores vitais das pesquisas.

a) O facto de em papelada antiga se encontrar, à mistura com «Limia flúvius» (rio Lima), «Limiae flúvius» em genitivo que dá para «**de**», «**da**», «**do**» Lima»; e «flúvius dè Lima», em ablativo ou português incipiente, já a **esboçar** a nossa preposição «**do Lima**» em concordância gramatical hodierna, não prova nada contra esta fórmula de «Ponte do Lima», nem prova que ali houvesse uma terra chamada «Lima», que hipoteticamente dera o nome ao rio. Torna-se esquisita essa afirmação, quando o racional é que o Rio Lima dê o seu nome às regiões e terras que banha, ao longo do seu percurso, que passam a denominar-se «**regiões do (rio) Lima**», «**Ribeiras-Lima, de Lima, do Lima**», com mais ou menos correcção, conforme o hábito, as *épocas* e as leis gramaticais.

b) Aliás as expressões «flúvius Limiae» em genitivo, ou «dè Limia» em ablativo ou português inicial, podem também servir para significar: «**o rio de nome «Lima»** numa escrita livre, mas casti-

ça, «flúvius dè nómine «Lima» (1). E, numa repetição reflexa, referindo-se ao mesmo rio apenas, pode significar v. g.»: «o rio da ribeira-Lima», «o rio de Lima», querendo dizer por extenso: «o rio» DE Ponte do Lima como nós dizemos, «o rio DE Ponte» usando à portuguesa a primeira palavra, «o rio dos Arcos», etc.

Portanto «Limiae flúvius» ou «dè Limia» refere-se ao Rio Lima» e não à fantasiada terra Limia. A conclusão está certa, mesmo em virtude dos códices antigos da linguística.

E que mal há em que assim seja? Há até toda a conveniência para não parecermos **incoerentes** na vida. O que é justo é que os alfarrábios antigos, e qualquer outro documento, sejam estudados com visão acertada, analisando-se bem todas as faces dos termos, dos usos arcaicos, o nervo vital das expressões latinas no latim popular e clássico etc. E assim, não se tirarão conclusões falsas, por querer ou sem querer, que o resultado objectivo é o mesmo.

c) Continuando, diz o nosso bondoso pesquisador que ainda encontrou estas expressões: «terra de Coura»; «terra de Este»; «terra de Lima». Ora, esses achados é evidente significarem que os rios Coura, Este e Lima **deram o seu nome a essas terras que banham**, como é **natural**; também é **natural** que, quando essas povoações nasceram, no

(1) *À pari* diz-se «Romae civitas», etc. (Ver pág. 69).

correr dos tempos, já esses rios deslizavam para o mar, dando o seu nome a essas recém-nascidas.

Portanto continua certa a «fórmula»: **Ponte do Lima**, referente ao rio.

d) Mas o nosso amável contendor alfarrabista também encontrou nas suas pesquisas arcaicas estas expressões: «Rio de Coura, Rio de Este, Rio de Lima», e também nisto não há mal. O mal está em se tirarem conclusões erradas, dizendo-se que é sinal de que existiam terras anteriores com o nome de «Coura», de «Este», de «Lima» que deram o seu nome aos respectivos rios, concluindo-se que se deve dizer, no nosso caso: «Ponte de Lima» sem artigo por se referir à tal terra», ou ainda melhor: «Ponte *da* (terra) Lima»!!!

Mas onde está ela?

Pense-se um pouco mais a sério, e veremos que tais expressões apenas significam, exactamente, que **esses rios passam por essas terras que deles receberam o seu nome**, como aliás já se frisou suficientemente. Repare-se que nós hoje usamos essas mesmas expressões referindo-nos a qualquer rio. Dizemos «o Rio de Ponte», ou mesmo «de Ponte do Lima»; dizemos «Rio de Paredes de Coura» (com «de» por causa da cacofonia); dizemos «Rio dos Arcos», do Porto, da Trofa, de Viana, e por aí fora. E certamente por isso ainda ninguém apareceu a afirmar que essas terras e cidades deram o seu

nome aos rios que as banham, como banham outras, dando-lhes a elas, ou não, o seu nome de padrinhos generosos.

Dizendo-se portanto «Rio de Ponte», «de Este» etc., só significa que esses rios passam por essas terras, e são como que delas no troço intra-muros, pertença sua; e por isso até qualquer habitante de Pon'e, de Viana, de Paredes, pode dizer com toda a propriedade: «o nosso rio».

e) Em Espanha existe uma povoação com o nome de «Limia», que, estando situada na nascente do Rio Lima, era natural este dela recebesse o seu nome (1), como dizendo: «o rio que nasce em Límia». Mas neste caso a palavra «Lima» é incorporada no conceito masculino do rio, que, ao passar na nossa vila, lhe dá o seu nome em *exclusiva referênciã a si próprio* como é evidente. E vamos abstrair de tudo isto para dar a preferênciã a uma terra Lima que ali nunca existiu, varrendo-se do mapa o conceito real do rio de «Ponte do Lima»?

f) Finalmente disse ainda o autor das pesquisas publicadas: «Aqueles que rejeitam «de Lima» devem dizer «da Lima» e não «do Lima». Franca-mente!!!

É que as suas conclusões (como de alguns outros) assentam numa permissa falsa, qual é a

(1) Ou vice-versa.

desejada terra «Limia» ali em Ponte, independente do conceito do rio, fantasia *oriunda de latins mal interpretados*, como já se apontou.

g) Fala ainda num marco miliário de sinalização, perto de Ponte, a dizer: «tantas milhas para chegar a Limia». Isto explica-se pelo que acima se provou, da maneira latina de formular o nome das terras pela última palavra, como a dizer por extenso: «tantas milhas para chegar ao Lima ou a «Ponte do ou de Lima». E deixemo-nos de querer ver nisso mais outra terra Limia ou outro argumento mal interpretado, que é o que cria todas as confusões, que seria bom se extinguissem.

b) Entretanto cremos bem continuar em pé a fórmula hodierna de «**Ponte do Lima**» na perfeição da linguagem de concordância, tolerando-se (ainda que muito mal) a incorrecção «**de Lima**», porque o «**de**» é partícula neutra que não destrói o género do rio em referência, nunca sendo de admitir «**Ponte da Lima**».

i) Não Senhor, o facto de a palavra «Lima» em si, ser nome feminino terminado em «a», nada prova contra a fórmula «*Ponte do Lima*», nem prova que «*Lima*» se refira a uma terra também feminina.

São utopias e ilusões da primeira vista que só podem existir nos olhos de quem não sabe ou não quer pensar a sério.

Nunca se viu um nome feminino terminado em «a» a denominar um sujeito masculino?

Nunca se viu um cavalheiro chamado Lima, Paula ou Palha? Ora estes senhores deixam de o ser porque usam nomes femininos?

E porque é então que se há-de teimar em que o rio Lima deixe de ser rio masculino, para ser terra feminina por usar um nome terminado em «a»? Emfim!...

j) HISTÓRICAMENTE, sendo a povoação designada pelo único nome de «**Ponte**» nos códices até ao século XIII como cita, e só neste século aparece escrita a especificação dessa «Ponte» com o acréscimo «dè Lima», é mais uma prova de que *o nome próprio da vila se refere à Ponte que atravessa o rio, já que por ela foi designada durante séculos; e no século XIII também se refere explicitamente ao mesmo rio Lima dizendo-se: «Ponte dè Lima» (rio).*

Em conclusão acertada ainda prova que a tal terra de Limia ali nunca teve cabidela para a formação do nome da vila, que se deve todo e só ao Rio. Como acima muito bem refere o ilustre escritor limiano Conde d'Aurora, o estudioso galego Marcelo Matias decidiu a questão ao provar que essa terra «Limia» se situa na Alta Galiza e nunca em Ponte.

Aparecendo no século XIII a escrita «Ponte de Lima», em boa interpretação de harmonia com

outros lugares, deve considerar-se esse «de» reminiscência do «dè» ablativo latino, como dizendo: *Pons flúvii dè nomine «Lima»*. Ponte do rio de nome «Lima», que também nós usamos; e não se referia à concordância, ou não concordância, dos géneros das palavras em jogo, que só no correr dos tempos se foi aquilatando com o lançamento das bases da concordância gramatical, dos artigos etc.

Se alguém preferir que esse «de» se referia ao genitivo latino «Limiae», não esqueça que dizia respeito ao rio e que no latim não há artigos. Pelo que, para aquele tempo estava boa a expressão.

Veja-se que nós hoje usamos constantemente a mesma expressão sem darmos por isso: dizendo, por exemplo, «a cidade de Roma, de Braga», (*civitas Romae...*) utilizamos o «de» como *denominação*, omitindo a palavra «nome» e querendo dizer: «a cidade de (nome) Braga», etc., como podemos dizer e antes se dizia: «O rio de (nome) Lima», que no latim é o tal «flúvius Limiae» com genitivo a indicar *denominação e não posse*, e é o «flúvius dè (nómine) Limia» no ablativo corrente. ⁽¹⁾

São coisas tão simples! Como simples é hoje dizermos igualmente: «Ponte do (rio) Lima».

É que, depois, na evolução dos tempos, e especial

⁽¹⁾ É este mesmo princípio que rege a nomenclatura das ruas, etc.. — v. g.: RUA DE (nome) OURIQUE.

mente nos últimos séculos até nós, com o aperfeiçoamento da língua portuguesa, com a fixação das estruturas de concordância, gramatical e sintática, tudo começou a seguir o estabelecido padrão dessa concordância, passando por isso a dominar, assente em estudos e regras-base, a fórmula bodierna de «PONTE DO LIMA» (rio) em perfeita concordância também. Os autores passaram a adoptá-la dum modo geral, e ela passou a andar na boca de toda a gente, especialmente dos nossos lados Ponte-limenses, onde a toda a hora tinha de ser pronunciada como é natural.

Sim, também é natural que algum escritor tenha havido, no andar dos tempos modernos, que tenha usado a fórmula com o «de» neutro, certamente baseado em códices antigos que tenha folheado, e mal interpretado na boa fé, até por vezes talvez com a pretensão de apresentar novidade, ainda que trazida das reminiscências latinas dos tempos das cavernas. Mas, no geral, «**Ponte do Lima**» tem vigorado plenamente sempre até nós; e os deste século somos testemunhas indefectíveis, a par de todos os dísticos, todos os livros didácticos da nossa escolaridade, poetas e autores outros, documentos oficiais, etc.

Mas, há uns tempos a esta parte, deu-se a tal mudança gráfica rodoviária, encontrando-se já hoje as duas fórmulas à deriva em tudo, numa confusão que era bem acabasse, para que «**Ponte do Lima**», conforme for justo e acertado, tenha o seu único nome.

E não é nada de mais, que do seu acertado e único nome gozam as suas vizinhas Moreira do Lima, Geraz do Lima, Beiral do Lima, Refojos do Lima, Santa Cruz do Lima, Vila Franca do Lima, etc., em concordância perfeita. E porque não «Ponte do Lima»?

Resumindo em conclusão histórica:

A grafia «*Ponte do Lima*», em referência ao rio Lima, aparece como sendo a autêntica e certa grafia, não só na legislação que temos à vista, mas, dum modo geral, também na tradição oral e escrita de povo e letrados, desde a fundação da nacionalidade até nossos dias. Assim tem sucedido apesar daquele primitivo *período de transição* inicial em que a tradução do «*dè*» ablativo latino, ou do genitivo «*Limiae flúvii*» (*do rio Lima*), se fazia livremente com «*de*» neutro por não haver ainda definidas regras de concordância da nossa língua, então embrionária.

É altamente elucidativa, e de contundente poder de prova, aquela citação de Pinho Leal referindo-se a Arcozelo *do Lima*, e se vê a página 58 deste livro: «... *E QUE ESTA PONTE É QUE DEU O NOME À FRONTEIRA VILA DE PONTE DO LIMA*». Ora, se *esta* ponte deste rio Lima deu o nome à vila, o nome da vila deve-se ao rio que ali é atravessado por *esta* ponte.

D. Teresa no século 12 «FEZ VILA AQUELE

LUGAR DE PONTE», que se chamava simplesmente «PONTE» também em clara referência àquela ponte que atravessava e atravessa aquele rio Lima, como se vê na página 57 e noutras deste capítulo e seguinte. A citação de Martinieri Banarand, págs. 55 e 57, prova o mesmo, vendo-se ainda ali que o primitivo «*De Lima*» não se refere a qualquer terra, mas apenas ao «*rio Lima que irriga Ponte do Lima (pontem Limiae) e depois a cidade Viana de foz de Lima*». Se é «*de foz de Lima*» em português primitivo, refere-se ao rio de que fala em ablativo latino, sendo bem certo que a foz é o desaguar dum rio e que *hoje* a tradução correcta dessa frase é: «**a cidade de (nome) Viana, da foz do Lima**».

De tudo se depreende *claramente* que o conceito daquela ponte e daquele rio Limia ou Lima a tudo presidiu sempre, dando, Ponte e Rio, os seus nomes à nossa ridente vila. Portanto fica de lado a hipótese duma terra Limia a dar o nome à vila, como alguns têm querido, baseados em falsas interpretações de alfarrábios arcaicos como se demonstra. Continua por conseguinte em pleno vigor a grafia certa e justa de «PONTE DO LIMA», também posteriormente determinada por lei.

30/7/63

A. F.

É "PONTE DO LIMA"

(Seu nome oficial e sua origem; Seu título de armas e seu bilhete de identidade...)

por *Avelino Ferreira*

Sr. Director:

Vão desta vez algumas observações que podem ter utilidade, acertando algo daquilo que nos últimos artigos adversários de pai e filho estava desacertado.

1.^a Os exemplos ilustram o respectivo texto é certo, mas apenas naquilo de que este se ocupa *propositadamente*; no nosso caso o exemplo apenas ilustra no sentido de se dispensar o hífen no nome de «*Ponte do Lima*».

2.^a Independentemente de altas assinaturas e cuidados invocados, (*dè minimis nom curat Prætor*) são sempre possíveis erratas e gralhas traiçoeiras que, oportunamente descobertas, podem explicar e resolver uma aparente contradição.

3.^a Seria bom não se pôr o autor de Vocabulário e decreto em contradição consigo mesmo, dizendo-se que mandou grafar de duas maneiras diferentes o nome da vila de Ponte: «*de propósito*»

no Vocabulário oficial em vigor, de 1940, com «do», e de passagem no exemplo da base 28 com «de», o que não é admissível, impondo-se, portanto outra explicação razoável como se tem dito. Optando-se pela contradição não se morre, mas convém desfazê-la.

Diante disso, e por isso, é que a maior parte dos dicionários corográficos com a «Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», grafam «*Ponte do Lima*» com artigo, em conformidade com o dito Vocabulário oficial, em vigor naquilo em que não foi alterado por Vocabulário oficial ulterior como é o caso, interpretando assim muito bem a lei e a mente do seu autor, e *arrumando* para o lado a possível errata do exemplo da dita base 28, ou não lhe atribuindo *nenhum valor* como grafia indirecta sem valor ortográfico, como em artigo anterior largamente frisamos, e nos obrigam a repetir bem escusadamente.

4.^a Como já de outras vezes se provou, até há poucos anos estava em uso só a fórmula «*Ponte do Lima*» com artigo; e eu nunca conheci outra, desde os livros da escola à loquela popular dos povos da ribeira-lima neste meio século de existência, seguindo-se aliás o normal das leis gráficas sem mesmo se dar por isso. Pessoas letradas de 80 e mais anos dizem-me nunca conhecerem outra grafia nem outro uso.

Sendo assim como é, que *fenómeno* se deu, há uns tempos para cá, para tudo mudar sem mais nem menos, passando-se a escrever esse nome sem o seu natural artigo? Qual o facto extraordinário que originou essa reviravolta sem jeito? É que a ponte foi derrubada? Resolveria o rio não passar mais por ali fazendo perrices de bebé? Ou desapareceria a povoação de sempre sob um cataclismo para, em novos moldes e com outro nome, outra se criar?

Se nada disso se passou, qual o facto invulgar que nos leve a mudar o nome da nossa vila com desprezo total por usos velhos e bem conhecidos, por leis gráficas correntes de séculos, e até por decretos especiais do Estado como veremos?

Seria a gramática que ruiu nos seus sólidos pilares? Valha-nos Deus que bem pode.

5.^a — a) É verdade que hoje se encontra às vezes escrita a grafia que reputamos incorrecta de «Ponte de Lima» sem artigo. Mas isso nada prova em contra da nossa tese, mesmo que se trate de papelada oficial ou oficiosa, pois não houve ninguém que, ao escrever assim, pretendesse legislar *de propósito* sobre o assunto.

Portanto, se por vezes, mesmo no Diário do Governo ou na lista telefónica como se refere, aparecer *agora* «Ponte de Lima» sem artigo, isso apenas provaria que também por essas esferas se

andaria no caminho da hesitação, provocada por um possível lapso, por placas rodoviárias etc., o que não é de estranhar nestas circunstâncias. E, como nem sempre se têm à mão suficientes elementos de estudo, ou se fica na dúvida escrevendo-se das duas formas indistintamente, o que não está certo; ou se segue o que se vê escrito pelas estradas e parece que mesmo em livros escolares de tempos recentes, e é o que vimos discutindo na melhor das intenções, procurando-se luz e nada mais pelo que me diz respeito.

b) Além de que a coisa não é tanto assim:

Verifica-se que escritores hodiernos, apesar da onda de desorientação, usam a fórmula «*Ponte do Lima*» com artigo. Como exemplo particular podemos citar a grande obra «*O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*», do Rdo. Doutor Avelino de Jesus Costa, eminente pesquisador de antiguidades e professor da Universidade de Coimbra, mas filho da arquidiocese bracarense. Nessa obra o ilustre autor usa sempre «*Ponte do Lima*» com artigo.

Ainda outro exemplo ao acaso entre documentos oficiais e oficiosos: o recente Código Administrativo grafa «*Ponte do Lima*» da mesma forma.

Mas, pela contrária, parece que entidades concelhias ponte-limenses, adaptando-se facilmente à onda dos dísticos rodoviários, também mandaram timbrar

seu papel com «*de*» para condizer... para não des-
toar..., o que demonstra a força da desorientação a
penetrar até em meios de certa responsabilidade, a
estender-se assim, visto que esses papéis, lançados a
correr pela capital, pelas chancelarias e ministérios,
pelo concelho e pelo País, geram maior confusão
até pelo seu oficioso feitio.

Apesar de tudo, o nosso povo continua geral-
mente a dizer e a escrever «*Ponte do Lima*», como
sentindo-se senhor e detentor tradicional duma fór-
mula legal do nome da sua terra, de que não abdica
fácilmente, porque nesse ambiente todos fomos
criados, recebendo-o das gerações passadas.

É bem certo que o povo é a autêntica *arca sagra-
da* a guardar ciosamente em segurança todos os
costumes que por vezes fazem lei, e toda a tradição
que em herança recebe!

c) Mas, continuando, veja-se como a papelada
oficial ou oficiosa não pretende fazer lei nem pode:
Na lista telefónica deste ano de 1963 a freguesia
de «Abade do Neiva», de Barcelos, vem escrita
também sem o seu artigo masculino, o que é
coisa nunca vista no meio, e ali nessa freguesia a
placa rodoviária está bem clara e destacada com a
grafia de «Abade *do* Neiva» (rio).

É que, dizendo-se «Ponte de Lima», esta arbi-
trariedade habitua o ouvido, e tende a estender-se
a todas as formas congéneres; e, por esse caminho,

depressa teremos: Abade de Neiva, Ponte de Bico, Ponte de Barca, Geraz de Lima, Viana de Castelo, Figueira de Foz, Vieira de Minho, e por aí fora, acabando-se com os artigos definidos dos nomes compostos para se usar sempre o inexpressivo «de» neutro com violenta incorrecção que a nossa língua não poderá suportar.

Pode alguém julgar-se em bom caminho gráfico adoptando tal sistema, pondo em desacordo a lei da concordância gramatical há séculos vigente? Seria mais um triste sinal da baralha dos nossos tempos!

Mas concordando-se em que se deve dizer com a melhor correcção: «Abade *do* Neiva, Ponte *do* Bico, Ponte *da* Barca, Geraz *do* Lima, Viana *do* Castelo, Figueira *da* Foz, Vieira *do* Minho» como todos acharemos bem certamente, *porque maleitas se teima em que não se diga «Ponte do Lima»?* Como temos visto não há razão alguma que tal arbitrariedade justifique. Por isso acabemos com ela de vez, usando «PONTE DO LIMA» como tudo indica ser bem.

d) Não; a dita anomalia de se escrever, desde há tempos e às vezes, «Ponte de Lima», nada prova contra a nossa tese, *ainda porque é precisamente dessa estranha anomalia que se trata*, procurando-se analisar esta doentia anormalidade de se escrever ao contrário de antes sem qualquer motivo. Ora, pretender-se provar essa anomalia em causa com a

mesma anomalia de que nos queixamos é círculo vicioso que não pode resultar; é argumento desfocado e portanto falhado.

Mas donde surgiria esta estranha anomalia? Talvez de assim alguém escrever descuidadamente; talvez duma errata, mesmo do «Maria vai com as mais» que é tão vulgar; ponha-se até a hipótese de ser oriunda da vontade do legislador, o que não se dá nem é facil dar-se contra usos seculares e leis admitidas como se disse e se verá. Mas se essa hipótese se viesse a concretizar, só seria de acreditar quando se visse a dita vontade do legislador por ele *de propósito* expressa dum modo directo e intencional; porque, à deriva, e à guisa fugidia e indirecta de um exemplo, não se fazem leis a sério; e nós estamos a falar a sério.

E até lá vamos estando, como a ordem e o bom senso mandam, com o uso velho do nosso povo, do nosso tempo e da nossa terra, usando «*Ponte do Lima*» com seu connatural artigo, em boa conformidade com as leis gráficas e outras especiais. Seguimos assim o dito vocabulário oficial de 1940 em vigor e base do acordo luso-brasileiro, com a maioria dos autores e a «Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» referida, que segue firmemente o decreto e acordo de 1945, como ela mesma diz em palavras luminosas e cheias de autoridade, afirmando «seguir a grafia *obrigatória* resultante desse acordo», e

em virtude do qual ela grafa sempre «PONTE DO LIMA» com artigo, sabendo bem o que faz depois do caso estudado.

7.^a — a) Não é válido dizer-se que é gralha a fórmula «*Ponte do Lima*» grafada, *de propósito e de caso pensado*, com tipo destacado, no vocabulário de 1940 em vigor oficial. Se é para evitar a contradição de grafias, será bem mais lógico considerar-se errata ou deslize a grafia do escondido exemplo da base 28, como se disse.

b) Também não pode aprovar-se o facto de se deturparem versos dos nossos poetas onde se lê «*Ponte do Lima*», mas que foram citados falsificadamente em artigo adversário como se no original se lê-se «Ponte de Lima». (1) Isto diz tudo!... e dispensa comentários...

c) Também não era verdade que as nossas lindas raparigas e os nossos encantadores ranchos folclóricos falsificassem os versos castiços dos nossos poetas, que cantam «*Ponte do Lima*» como se viu. Se agora o fizéssem seria fruto da tal desorientação geral de que nos queixamos.

d) Ainda se pergunta quem faz os nomes das cidades, das povoações, etc; e responde-se, entre vagas ternuras, que é o povo, para concluir, graciosa e erradamente, que o nosso povo usa «Ponte de

(1) Ver capítulo IX.

Lima». Ora nos princípios, diz a Escritura que foi Adão, iluminado pelo espírito de Deus, quem tudo definiu. (1)

Depois, até agora, em coisas científicas serão os sábios: Acabam, v. g., de pôr o nome ao «Telstar». Noutras coisas será o povo, e será o Estado, seguindo o uso popular do lugar como sucedeu agora com a Ponte da Arrábida, ou não como em Brasília que Juscelino baptizou como entendeu e muito acertadamente.

Mas no nosso caso:

Sabemos que, nos princípios da nacionalidade, D.^a Teresa deu às casitas pobres que viu situadas junto da nossa *Ponte em questão* o foral e nome oficial de «Vila de Ponte»; *A partir do século 13 foi-lhe acrescentado «dè Lima» ou «Limiae» «Ponte do (rio) Lima»; o que, a partir do renascimento, se vincou mais com o emprego do artigo «o» nas bases da concordância definitiva que até hoje geralmente sempre se seguiu, e o nosso Governo confirmou e legalizou em 1938. As coisas são assim. O resto são descuidos, desorientações, enganos, paixonetas sem razão.*

8.^a) Finalmente: *Pensemos também na força pro-
vativa do decreto título-de-armas de Ponte do Lima, digamos assim. Seria enveredar as coisas pelo seu caminho. Na verdade o Governo, usando e mandando grafar*

(1) Passe a graça.

a fórmula «**Ponte do Lima**» com artigo na sua portaria 9023 do ano 1938, pela qual aprovou as armas, selo e bandeira de Ponte do Lima, não só oficializou, mas tornou lei este nome velhinho e popular que vinha de boca em boca, através das gerações, sem dele se duvidar.

Esse acto governamental é como baptismo solene da nossa vila de Ponte, que desde aí fica com um nome único e certo a condizer com o coração e uso do seu povo; e esse nome é «**PONTE DO LIMA**» ataviado com o seu artigo como a simples gramática impõe. Esse nome de baptismo deve ser inalterável, em nada submetido a reviravoltas sem motivo e sem jeito. Isto é o normal, salvo casos de força maior do salve-se quem puder.

E como vamos agora, sem qualquer motivo plausível, viciar esse título de nobreza e identidade, mudando o nome desta linda vila sem mais nem menos? É coisa deveras esquisita, e invulgar, contra todas as normas, arriscando-a até a ficar com dois nomes, porque o povo não muda facilmente os seus velhos hábitos para seguir novidades que não entende nem estão bem, o que será muito pior criando-se um fenómeno lamentável e prejudicial.

Aquele título de armas governamental pode bem considerar-se o bilhete de identidade de «**Ponte do Lima**», donde consta o registo legal do seu autêntico nome. Não deve alterar-se o verdadeiro nome duma vila e seu concelho, o que se não faz nem com o nome dos cidadãos.—
Deixemos continuar «Ponte do Lima» com o

seu nome popular e gramatical de séculos, que é o SEU nome oficial e legal, o nome do seu baptismo, o seu nome de armas desde 1938.

Seja o caso bem pensado, e bem ficará como é e como de há séculos tem sido: «Ponte DO Lima» sem violência de gramática, de toponímia, de usos nem de espíritos ou corações.

2/8/62 — (Inédito)

Avelino Ferreira

Documentos

a) Para esclarecimento completo do leitor segue-se a transcrição fiel desse documento importante—portaria 9023 de 25 de Junho de 1938:

«Atendendo ao que foi solicitado pela Câmara Municipal do Concelho de Ponte do Lima do distrito de Viana do Castelo, e tendo em conta o parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses: *manda* o Governo da República Portuguesa, pelo ministro do Interior, nos termos do parágrafo único do artigo 13.º do Código Administrativo, *aprovar* a constituição heráldica das armas, selo e bandeira daquele município que é a seguinte:

«*Armas*: de azul, com *uma ponte* de ouro ameada e torreada nos extremos, sustendo ao centro uma cruz florenciada do mesmo metal. As torres são iluminadas de púrpura. Em contrachefe, duas faixas *ondadas* de prata. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres: «**VILA DE PONTE DO LIMA**» de negro.

Selo: circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicações dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres: «Câmara Municipal de *Ponte do Lima*».

Bandeira: esquartelada de amarelo (correspondente a ouro) e de púrpura. Haste e lança douradas.

Ministério do Interior, 25 de Junho de 1938

O Ministro do Interior.

«**Mário Pais de Sousa**»

Conclusão evidente: Se o governo da Nação manda aprovar armas e selo com os dizeres «Vila» e «Câmara Municipal de Ponte do Lima», este ficou a ser o nome legal, feito lei, único aprovado pelo governo; e não pode haver outro enquanto novo documento do governo não o determinar *propositadamente*.

Diante desta evidência tudo rui e tudo cede: O único nome da nossa vila é «**Ponte do Lima**».

b) Li últimamente no jornal de Ponte do Lima, de 26 de Julho passado, as seguintes palavras, como único argumento dum artiguelho assinado por J. C.: «escreve-se **Ponte de Lima** e não **Ponte do Lima** porque assim o determinou o Vocabulário da Academia».

Em face de afirmações desta força a desorientar os leitores, sem respeito algum pela verdade, decidí requerer uma certidão da grafia exacta do nome em questão, cuja transcrição fiel vai seguir-se a fechar o assunto com a tal chave de oiro:

BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO
— DISTRITAL DE BRAGA —
————— CERTIDÃO —————

O Licenciado Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães, Director-Interino da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga: **CERTIFICA** que tendo-lhe sido requerida, verbalmente, certidão parcial da *grafia do nome da Vila de Ponte, do Distrito de Viana do Castelo*, extraída dos livros: «Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa» (edição de mil novecentos e quarenta); — «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» (volume vinte e

dois); — «Diário do Governo» (primeira série de vinte e cinco de Junho de mil novecentos e trinta e oito), se procedeu à respectiva busca, e, nos livros acima indicados, consta, respectivamente, o seguinte:

a) — No *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (oficial), a páginas setecentas e oitenta e nove, lê-se: «**PONTE DO LIMA**» (sic).

b) — Na «*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*», no reverso do rosto, lê-se: «A ortografia seguida neste volume é aquela que, em virtude da convenção ortográfica Luso-Brasileira, de mil novecentos e quarenta e cinco, foi tornada obrigatòria em todas as publicações editadas em Portugal, por força do decreto número trinta e cinco mil duzentos e vinte e oito, de oito de Dezembro de mil novecentos e quarenta e cinco». No mesmo volume, a folhas quatrocentas e trinta e nove, lê-se: «**PONTE DO LIMA**» (sic); e esta palavra é assim repetida ao longo do artigo referente a esta localidade.

c) — No «*Diário do Governo*» referido, na portaria número nove mil e vinte e três, que *aprova as armas, selo e bandeira daquela municipalidade*, lê-se:

«*Armas: de azul, com uma ponte de ouro*

ameada e torreada nos extremos, sustendo ao centro uma cruz florenciada do mesmo metal. As torres são iluminadas de púrpura. Em contrachefe, duas faixas *ondadas* de prata. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres: *VILA DE PONTE DO LIMA* de negro.

— *Selo*: circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres:» «*CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DO LIMA*».

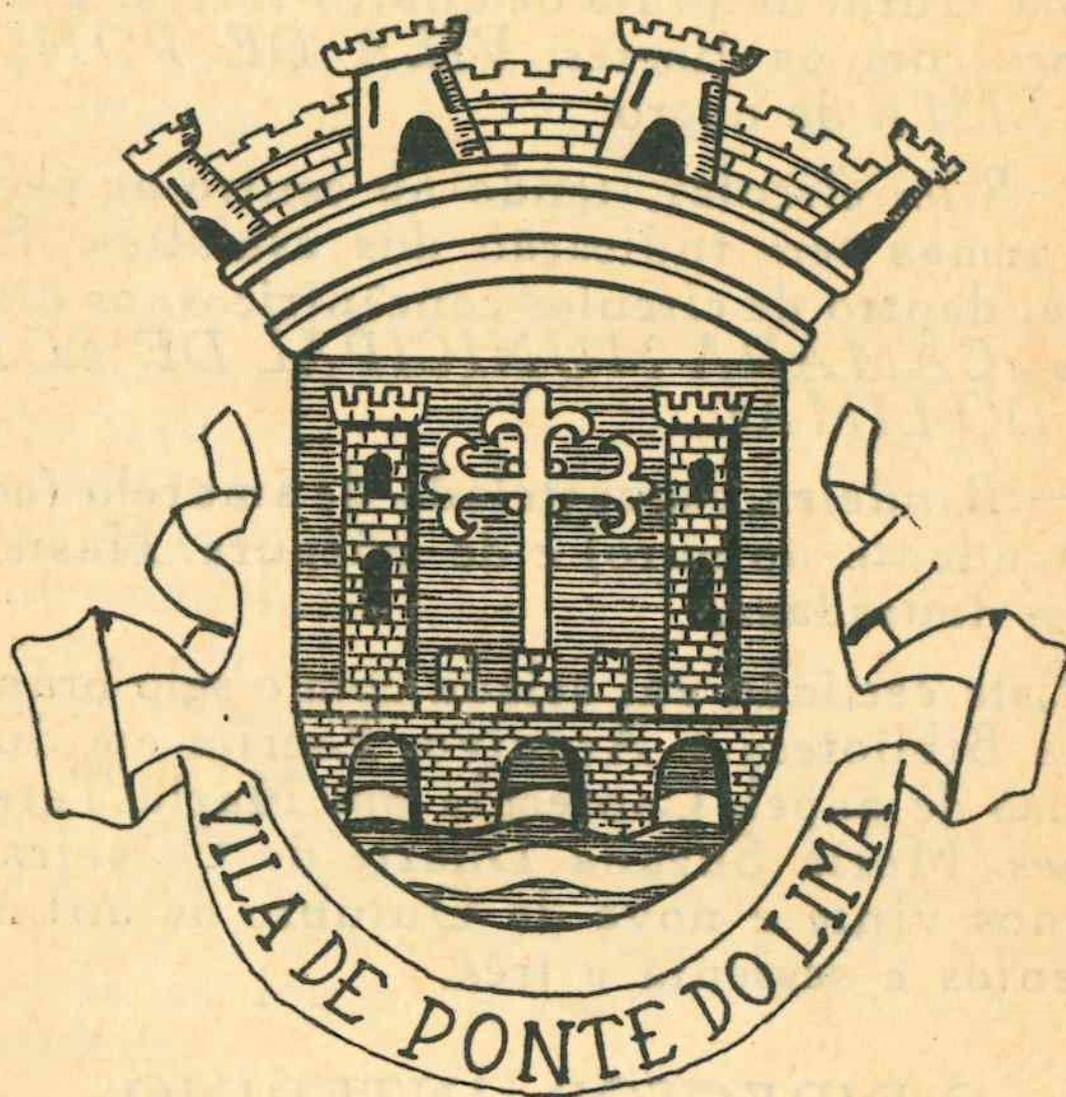
— *Bandeira*, esquartelada de amarelo (correspondente ao ouro) e de púrpura. Haste e lança douradas».

Esta certidão vai selada com o selo branco desta Biblioteca e Arquivo. Escrita em duas laudas de papel. Conferida por Maria Teresa Lopes. Maria Suzana Duarte de Oliveira a fez aos vinte e nove de Outubro de mil novecentos e sessenta e três.

O DIRECTOR - INTERINO:

Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães»

d) Eis finalmente o escudo autêntico com o nome legal de Ponte do Lima:



«Quando lei assim clara se alevanta...
Cessa tudo o que outra musa canta...»

Da mesma Caneta:

«*Estatutos da obra da Providência*» — Porto, 1942.

«*Curso e Cadernetas de Catequese*» — Porto, 1943.

«*Para Todos*» — Porto, 1943.

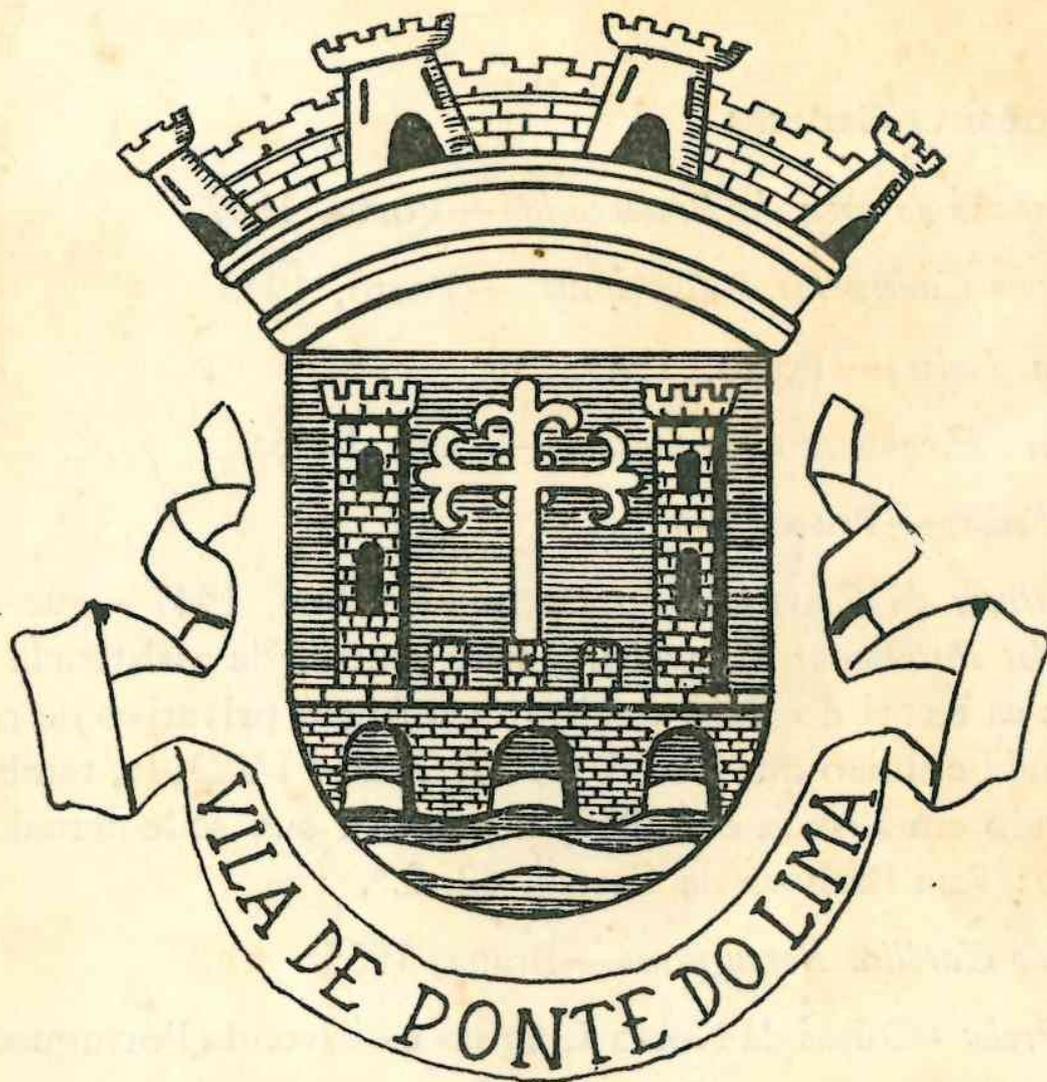
«*O meu Exame de Consciência*» — Porto, 1945.

«*A Todos*» — Porto, 1945.

«*Estatutos da Cruzada do Bem*» — Lisboa, 1947 — que é a obra dos Patronatos Paroquiais a criar centros de assistência em todas as terras do País, tendo o seu órgão privativo de propaganda e união que é o «*MESTRE DA VIDA*», também fundado em Lisboa em 1947, e tendo a sua sede actual no Porto: Rua Barbosa de Castro, 62, 2.º.

«*Acção Católica Portuguesa*» — Braga, 1955.

No Prelo: «*Coisas da Nossa Língua*» e «*Vivenda Portuguesa*».



Referência:— Casa dos Terços — E

biblioteca
municipal
barcelos



60249

"Ponte de Lima" é seu nome